

Modelos de análise da profissão militar

Crítica dos principais modelos e proposta de um modelo a três dimensões para a análise das profissões militares

José Rodrigues dos Santos, Professor Associado, Sociologia, Antropologia, Academia Militar, Lisboa, Investigador integrado, CIDEHUS, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora.

1. Uma estrutura sociológica das instituições militares

1. 1. Especificidade militar: o plano institucional

O que chamamos plano institucional é o domínio das normas, das organizações e das práticas, que define um universo social particular, o “militar”. Se nos referirmos apenas a uma forma moderna, estatal¹, dos *exércitos* (todas as “forças armadas”), o universo militar é definido, regulado e regido por leis (escalonadas desde a Constituição aos Regulamentos), organizado em organizações permanentes, dotado de meios perenes. Importa não esquecer, todavia, que nem todas as normas vigentes nas organizações (como em qualquer sociedade), estão plasmadas em documentos escritos, explicitadas pelas instâncias competentes. Do mesmo modo, nem todas as preferências mais ou menos permanentes (“valores”), que se exprimem nas práticas são explícitas e conscientes. Os dois subconjuntos normativos, que poderemos designar como sendo, por um lado o corpus legal e regulamentar escrito e por outro o da cultura organizacional

¹ Com este determinante estamos a excluir as organizações militares ou para-militares privadas, que, após terem perdido o lugar de destaque que tiveram nos séculos que precedem a Revolução Francesa e ter reaparecido apenas enquanto formas marginais sobretudo no último quartel do século XX (pequenos grupos de mercenários contemporâneos), parecem estar a assumir uma importância muito superior, através da organização de poderosas sociedades de prestação de “serviços militares”. A multiplicação destas novas formas, ao indiciar uma tendência para a “privatização da guerra”, vem introduzir novos parâmetros no domínio da formação dos profissionais militares e na própria estrutura das profissões. Cf. a comunicação do Coronel N. Mira Vaz no Seminário 2005 do Departamento das Ciências Sociais e Humanas da Academia Militar, Lisboa.

mantêm um sistema de relações altamente complexo, de que não estão excluídas as contradições, as incompatibilidades, etc., o que obsta que de um deles possamos, no todo ou em parte, deduzir o outro. E embora seja tentador encarar a dedução do mais particular e regulamentar do mais geral (legal, de ordem mais elevada), essa perspectiva está condenada ao insucesso pela descontinuidade e pelas contradições existentes entre os dois níveis.

A permanência destas características tornou os exércitos (que foram durante largos séculos organizações temporárias, construídas em função de circunstâncias locais, de acordo com formatos diversos, privadas ou estatais, etc.), numa instituição fundamental da organização política e social dos estados modernos. Ao mesmo título que a Educação, a Saúde, a Família, a Instituição Militar tornou-se num dos pólos organizacionais permanentes, fundamentais, dos estados (e por consequência das sociedades), ao ponto que se concebe hoje tão dificilmente um estado (com a ressalva dos micro-estados, cuja “defesa” é em geral assumida... pelo exército de algum poderoso vizinho) sem exércitos, como um estado sem sistema de Educação, etc.

Como todas as outras Instituições fundamentais, a Instituição Militar mantém um esforço constante para definir e redefinir as suas missões, a sua forma organizativa, para justificar os recursos que consome e até a sua própria existência. Todavia, estes problemas colocam-se para cada uma das Instituições que mencionámos de modo distinto.

Enquanto a Educação e a Saúde e as necessidades e objectivos que cada instituição preenche, são contínuos, de aplicação constante, com produtos (“*output*”) concretos, visíveis, e efeitos (“*outcomes*”) a longo prazo facilmente mensuráveis, o mesmo não se produz para a Instituição Militar (IM). De facto, o *output* específico desta são as operações militares cuja forma limite é a Guerra, e o *outcome*, em princípio², a segurança e/ou a imposição da ordem

² Na realidade, as relações entre exércitos e segurança é muito mais complexa e ambivalente do que geralmente, e em superfície, se admite. Com efeito, a existência (e disponibilidade) de exércitos poderosos torna possível e por vezes suscita (nomeadamente quando os exércitos dispõem de capacidade de influência política), empreendimentos aventureiros, cujo *outcome* é um estado de insegurança para a entidade que possui tais

no plano interno, ou a garantia de territórios ou a conquista de novos espaços. Ora, felizmente, na maior parte das situações, a guerra é uma actividade rara e temporária, e a segurança é, em grande medida, invisível, por ser um bem colectivo, um bem público e em grande parte negativo (ausência de violência, de risco iminente, de catástrofe)³.

Mas tal não é a característica que mais nos interessa no plano institucional (na presente óptica), embora seja necessário não esquecê-la. Mais importantes são, em nosso entender, os problemas que derivam do carácter especial do produto específico da IM, a saber *a guerra*, a violência organizada⁴, tanto no que concerne aos efeitos estruturantes, globais da instituição enquanto contexto de acção, como no que diz respeito às modalidades concretas do exercício das profissões militares pelos agentes individuais. Contudo, e ao contrário do que alguns analistas pretenderam, a guerra não é a *única* missão para a qual os militares se preparam, pois o objectivo final que servem é, como dissemos o da segurança, e a prossecução desta não passa necessariamente pela guerra nem com ela se esgota. Existe uma importante diferença entre o reconhecimento do carácter central (tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista simbólico), da guerra, ou, pelo menos, do conflito armado, na definição da especificidade militar e a tentação de fazer deles os únicos pontos de referência teleológicos das instituições militares.

Não se coloca qualquer dúvida, no entender do redactor destas linhas, quanto à importância das consequências institucionais (legais), organizacionais e funcionais que decorrem dessa especificidade. Pelo

exércitos (ou forças armadas). O caso limite é a ameaça, ou a guerra de agressão ou conquista que termina numa derrota. Mas não podemos ainda negligenciar os efeitos “perversos” (não intencionais), da potência. Nestes mecanismos, o que é destinado a garantir segurança é causa indirecta de insegurança. Fenómeno que também se verifica à escala sub-estatal, por exemplo na dinâmica das manifestações de rua quando a “demonstração de força” que se pretende dissuasiva é encarada pela população como uma provocação, donde surge a confrontação que se pretendia querer evitar.

³ Outra coisa é o sentimento de segurança, que oscila, segundo parece, de acordo com uma dinâmica própria, em parte independente da segurança objectiva.

⁴ Note-se que não escrevemos “violência legítima”, como fazem muitos autores, porque é a guerra que representa o tipo puro, ainda que extremo do produto específico das IM; ora, a guerra, como qualquer outra violência (exercida pelas IM ou por outros agentes), mesmo quando legal, pode ser legítima ou ilegítima. A legitimidade da violência dos estados (interna e externa) é um problema, não uma característica garantida a priori.

contrário, convém elucidar minuciosamente as consequências da especificidade da missão, a fim de separar as características permanentes, estruturantes, essenciais enquanto os exércitos tiverem como horizonte funcional último a guerra (o que não significa, repitamos, que ignoremos outros tipos de missões e portanto de “*outputs*” das IM), das características circunstanciais, derivadas de escolhas contingentes a uma determinada época, situação, ou cultura. Ao proceder deste modo, colocamo-nos em situação de ajustar a análise dos processos de conservação e de reforma, da continuidade e da transformação.

A posição das IM no campo institucional das sociedades modernas é marcada, como indicámos, pela ambivalência. Ao adquirir um estatuto permanente, ao impor-se como modelo de organização no domínio da utilização da força organizada, as IM tendem a monopolizar o exercício da violência nos quadros legais, embora tal monopólio nunca seja completo. Detentoras de forças (homens adestrados e organizados e instrumentos de destruição), sem equivalente no seio das sociedades modernas, as IM tornam-se, ao mesmo tempo que um instrumento ímpar de política (nomeadamente externa), um perigo para as instituições civis e para a própria sociedade que têm o dever de servir. Esta ambivalência explica a relação complexa, em que se misturam admiração e receio, inveja e desprezo, amor e ódio, que as sociedades modernas mantêm com as suas IM, com reflexos óbvios nos níveis de recursos que lhes são concedidos, nas modalidades de controlo que lhes impõem, na alternância de períodos de apoio incondicional e de vontade de redução das dimensões, dos meios, da influência.

1.2 Contexto institucional e exercício da profissão

Ao tentar caracterizar a especificidade das profissões militares, o que importa portanto, sublinhar é, desde logo, quão diferente se apresenta o *contexto institucional* do seu exercício, se comparado com o quadro vigente para as profissões civis. Estatuto jurídico da Instituição, estatuto do pessoal (carreira,

direitos e restrições, etc.), quadro jurídico de regulação da acção (ver por exemplo a existência de jurisdições de excepção, como conselhos de disciplina, tribunais militares, etc.), são outros tantos factores que contribuem para tornar as IM verdadeiras micro-sociedades que apresentam notáveis desvios em relação às normas comuns. Enquanto, nas épocas transactas (mas não tão longínquas), tais desvios foram tolerados e aceites como evidências, sem que a sua relação com as necessidades funcionais fosse posta em causa pela maioria dos cidadãos, as IM actuais tendem a ser confrontadas com a obrigação de rever sectores inteiros de organização, e traços culturais outrora dados como caracteres “naturais” próprios das instituições cujo agente típico (ao nível simbólico) é o guerreiro. Desde a relação com o trabalho, com a carreira, com as remunerações, e da articulação problemática com a vida familiar, até às modalidades do exercício interno da autoridade, nomeadamente no que concerne às noções de obediência e de competência disciplinar⁵, todos os elementos tradicionais da organização dos exércitos pós-napoleónicos têm vindo a ser objecto de profundas transformações com impacte na própria definição das profissões militares. Entre tais mudanças ocorre mencionar, sem preocupação de exaustividade, a “tecnicização” crescente das funções (que as torna em muitos casos semelhantes às suas equivalentes civis), a crescente complexidade técnica e burocrática das mesmas (que exige uma especialização crescente), a diminuição do peso numérico das funções directamente ligadas ao combate relativamente às de apoio (aqui tomadas

⁵ Um caso pioneiro ocorrido nos EUA nos anos setenta, seguido de numerosos outros, merece ser lembrado: um soldado, estimando-se injustamente condenado por ter recusado executar um serviço privado para o seu chefe directo, apelou para os tribunais civis. O processo revelou que o soldado tinha sido julgado por um “tribunal militar” presidido por um oficial, chefe directo de outro oficial que desempenhou as funções de procurador; ora este era o chefe directo do soldado alegadamente faltoso; como testemunhas apresentaram-se subalternos designados e convocados pelo mesmo oficial. Inútil mencionar que os tribunais civis deram ganho de causa ao arguido. Estes processos revelaram à sociedade americana a existência, não de zonas de direito especial, mas de zonas de não direito, onde até então reinava, impunemente, de modo absolutamente “natural”, a mais total arbitrariedade. A crise que estes factos, inéditos até então, desencadearam, foi, como se compreende, das mais profundas. Estava em causa pela primeira vez perante os cidadãos o sistema disciplinar interno, antes rigorosamente isolado do exterior. Algo semelhante parece, trinta anos depois, estar a acontecer na Rússia, onde os cidadãos “descobrem” (2005) que gravíssimas violências são exercidas a título de “praxes” sobre os recrutas do exército, com consequências físicas (amputação das duas pernas e dos órgãos genitais de um recruta submetido a praxes) intoleráveis.

como denominação genérica sinónima de funções “que não de combate”), o crescente emprego das forças militares em operações que não a guerra (MOOTW), a afirmação de preocupações com os direitos do cidadão militar (exigência de igualdade de tratamento para todos sem distinção de raças, sexos ou orientações sexuais, equidade na justiça e disciplina), a evolução do nível de educação dos recrutas (quando os há) ou dos soldados voluntários (nos exércitos que neles assentam), da feminização (que, de limitada a certos sectores atinge doravante as próprias armas combatentes e nestas até os postos de combate), da crescente rotação de pessoal entre funções no seio das IM e em profissões civis (carreiras curtas, carreiras mistas), da tendência para contratar, em prol da eficácia, pessoal civil qualificado para um número crescente de funções (incluindo, o que era ainda há pouco impensável, funções de combate ou muito próximas do combate), alteração do modelo de exercício da autoridade (transição da ameaça do recurso à força para a “manipulação”), etc.⁶

A estas tendências internas seria necessário somar as tendências pesadas que estruturam a evolução das sociedades contemporâneas, tendências que vão desde a importância nunca antes assumida pela cidadania (a alfabetização total das populações nas sociedades ocidentais tem menos de meio século), à intensificação da circulação de pessoas (permitida pela revolução dos transportes nos últimos trinta anos), à importância decisiva dos media, campo de forças proteiforme para lidar com o qual as IM têm as maiores dificuldades, etc.

Uma das questões que têm que ser pacientemente investigadas é pois, como fica bem claro nas breves indicações que precedem, a identificação das tendências de longo alcance a que estão submetidas as IM nas sociedades comparáveis com a nossa.

⁶ Todas estas tendências podem ser abundantemente referenciadas, mas não é aqui o lugar certo nem o momento oportuno para proceder a esse trabalho, que atrasaria a entrega deste memorando. Veja-se por exemplo Boëne, B., T. NOGUES, et al. (2001). *A Missions nouvelles des armées, formation nouvelle des officiers des armes? Enquête sur l'adaptation de la formation initiale des officiers des armes aux missions d'après-guerre froide et à la professionnalisation*. Paris, C2SD: 176..

1.3 Funções militares e “profissão”

Temos assumido até aqui que as funções desempenhadas pelos militares correspondem ao exercício de uma “profissão”. Tal postulado carece todavia, se não de uma justificação plena que excederia o âmbito do presente texto, pelo menos de uma explicitação liminar.

O termo “profissão” assumiu sentidos diferentes nas duas principais tradições teóricas, europeia continental e norte-americana (talvez, mais geralmente anglo-saxónica).

Elaborado principalmente por um conjunto de autores norte-americanos, o conceito de “profession” e a correspondente designação de “professionals” aplicada aos indivíduos que pertencem a uma “profession”, é, na origem, um conceito restritivo, designando actividades regulamentadas de que os melhores exemplos são “divinity, law, medicine”. Ele refere-se a um grupo restrito de actividades socialmente organizadas, entre as que possuem certas características: controlo do acesso, corpo de normas deontológicas, qualificação especial (Dubar and Tripier 1998).

Na Europa, o conceito de “profissão” tem sido usado, ao longo das últimas décadas, com um sentido muito mais vasto, chegando a incluir praticamente todas as actividades sociais organizadas, com níveis relativamente elevados de qualificação, quer se trate de actividades independentes (liberais), ou de actividades assalariadas, portanto dependentes. Um carácter que costuma ser retido é a permanência do agente na sua actividade durante um período extenso ao longo da carreira (e até a possibilidade de pensar a actividade em termos de “carreira”, com percursos normais de progressão no interior de uma determinada actividade). “Profissional” opõe-se assim, nesta acepção europeia mais alargada, por um lado a “amador”, por outro a “simples executante”, e enfim a “trabalhador temporário”. (Dubar and Tripier 1998)

“Profissional” seria pois todo o agente que ingressa numa carreira (independente, como a advocacia liberal ou dependente como o advogado de empresa), que exige uma qualificação formal (universitária ou não, como

certas “profissões” técnicas⁷) reconhecida, e obedece a um corpo de normas deontológicas mais ou menos explícito e garantido por lei.

No sentido restrito original, não restam dúvidas quanto ao facto que os militares não são “professionals”, visto que são empregados por uma organização burocrática em regime assalariado, enquanto trabalhadores dependentes. Depressa porém, os autores que a seguir evocaremos (Janowitz, Moskos, Segal, etc.), tenderão a considerar que as características institucionais da actividade militar (controlo do acesso pela própria organização profissional, códigos de conduta formalizados), assim como a tendência para o exercício da actividade enquanto carreira longa (recobrando, nos casos mais significativos do ponto de vista qualitativo, embora não obrigatoriamente maioritários em todas as épocas), fazem dessa actividade uma “profissão”, ainda que à custa de um alargamento do sentido do termo.

De imediato, são os “dirigentes”, como os generais que estudou Janowitz que surgem como pertencendo inequivocamente à categoria dos “professionals”, evidenciando-se assim a importância do auto-controlo das condições de exercício das funções, ou seja, do poder na organização, para a atribuição da qualidade de “profissional”. Huntington, por seu turno, alarga o uso do termo ao conjunto dos Oficiais (em inglês “commissioned officers” designa todos os que os exércitos europeus continentais denominam “oficiais”, excluindo os “subalternos”, sargentos e praças), mas restringe-o a eles (excluindo os “non-commissioned officers”, e.g. a classe dos “sous-officiers” franceses, e dos sargentos em Portugal). As razões aduzidas para a definição restritiva dos profissionais militares enquanto oficiais e apenas eles são vagas e insuficientes, tanto mais que o “protótipo” do Oficial “verdadeiro” profissional, que seria o “Westpointer” (os oficiais americanos diplomados pela Academia de Westpoint são uma minoria (cerca de 30% de todos os oficiais). Outros estudos (Schweisgut, Sineau et al. 1979), consagrados aos “sous-officiers” (grosso modo sargentos) mostraram como estes se consideram, também eles, enquanto “técnicos em uniforme”, um tipo de militares profissionais.

⁷ O reconhecimento da própria necessidade (ou não) de formação de tipo universitário varia com o tempo e os contextos sociais.

A atracção do modelo do “Professional” liberal, independente, altamente qualificado, dotado de organizações altamente restritivas (ex. Ordens), gozando de um estatuto social elevado e de elevada autonomia no desempenho das suas funções explica em parte a anomalia anglo-saxónica. No âmbito da definição original, com efeito, os oficiais não deveriam ser considerados como “professionals”, ou então os “non-commissioned officers” deveriam sê-lo também, visto que são profissionais de carreira longa, com qualificações especializadas, submetidos a código de conduta formal, com controlo de acesso à profissão pela própria Instituição a que pertencem, etc.

Deste dilema podemos deduzir que o termo designa mais que um estatuto profissional (no sentido europeu) permanente e qualificado, um grupo de actividades sociais dotado de certos privilégios e em particular uma situação de *poder* relativo no seio de um certo domínio de actividades, embora pouco relevo tenha sido dado a esta característica.

Na análise que propomos das “profissões militares” adoptamos um compromisso provisório entre as soluções extremas: falaremos de profissões militares sem nos preocupar com a casuística americana sobre quem é ou não um verdadeiro “Professional”, e concentraremos a atenção naquela parte dos militares profissionais que são os oficiais. Porém, não renunciemos a chamar a atenção do leitor sobre o facto que o modelo de análise que aqui é esboçado pode ser aplicado com propriedade ao conjunto dos militares “profissionais” no sentido europeu (todos aqueles, qualquer que seja a sua patente, que fazem do exercício das funções militares no seio de uma IM, a sua actividade principal, permanente, com projecto de carreira no seio da mesma). Será sem dúvida uma etapa interessante, a que consistirá em testar as hipóteses aqui apresentadas ao universo militar “profissional” no seu conjunto e não só aos oficiais.

2. O plano funcional

2.1 Modelos monodimensionais de análise da profissão militar: Janowitz, Moskos, Caforio

A descrição das profissões militares (de facto, o plural é nosso, não dos autores utilizados), tem sido marcada por duas correntes de análise principais: as que se inspiram de M. Janowitz, e as que se inspiram de C. Moskos⁸. Tanto um como o outro construíram modelos explicativos dinâmicos, para dar conta das transformações das profissões militares. Ambos são modelos lineares, a uma única dimensão. Para M. Janowitz, a profissão militar estrutura-se na oposição entre dois pólos, caracterizados de acordo com a noção weberiana dos “tipos ideais”: o pólo dos “*managers*”, oposto ao pólo dos “*heroic leaders*”. Com a modernização ocorrida no segundo pós-guerra, Janowitz identifica uma tendência para o domínio dos “*managers*” (homens de gestão, quadros de direcção semelhantes aos seus homólogos civis), e para a correlativa perda de influência dos “*heroic leaders*” (Janowitz 1971). Assim, enquanto os primeiros promovem a racionalização burocrática, a boa gestão e privilegiam as questões de administração, os segundos são os homens de terreno, os chefes operacionais preocupados sobretudo (senão quase exclusivamente), com as exigências da guerra e por conseguinte do comando das tropas. Desta oposição resultam tensões, e a dinâmica que Janowitz detecta induz uma progressiva (para ele em grande medida inelutável, se bem que não desejável) burocratização e civilianização dos exércitos⁹.

Quanto a M. Janowitz, cujo contributo é hoje um dos clássicos da sociologia das instituições militares, as suas análises hesitam entre duas posições, sem que o autor pareça (pelo menos no que, de uma obra vastíssima, pudemos ler até aqui), notar o alcance dessa hesitação. Janowitz opõe principalmente dois tipos de papéis, de estilos, ou de funções profissionais militares: os

⁸ Deixaremos a referência a S. Huntington, que não inova neste domínio, para outro aspecto.

⁹ A expressão foi primeiro forjada por Janowitz... em 1960, o que revela a que ponto se trata de uma tendência de longo prazo. As citações e menções são reduzidas ao estrito mínimo. Neologismo por neologismo, adoptamos o calque directo, e não a adaptação infeliz que dá “civilinização”...

“managers” – algo entre administradores e gestores, e os “líderes heróicos”. São estas duas figuras, cujos contornos caracteriza com uma grande riqueza de dados empíricos, que representam os “tipos ideais”, pólos entre os quais se distribuem os “profissionais militares”¹⁰. Todavia, sempre que aborda as questões ligadas à tecnologia no seio da instituição militar, ao referir-se ao estrato dirigente, Janowitz tende a enumerar não dois, mas três tipos: o manager, o líder heróico e o *técnico*. “But in actuality, the military establishment requires a balance between the three roles of heroic leader, military manager, and military technologist” ((Janowitz 1971)(1960): 21).

Não restam dúvidas quanto ao facto que é a oposição dos dois termos - líder heróico / manager – que tem maior importância na análise de Janowitz, que a elabora com detalhe sobretudo no capítulo que consagra ao “núcleo da elite militar” (Janowitz (1960) 1971: 151-165), o dos altos comandos. Não admira pois que tenha sido ela a reter a atenção da maior parte dos analistas. Aliás, a evolução do sistema organizacional militar teria conduzido aos olhos de Janowitz, como sublinha B. Boëne, a que o “papel dominante se tenha (...) deslocado do “*heroic leader*” tradicional, que coloca a tónica na autoridade formal, na bravura pessoal e no garbo, para o “*manager*” racional que persegue algum valor absoluto, ou se preocupa com (a obtenção de) resultados práticos e política expedita” (Boëne 1998) (1990): 311).

A dificuldade que afecta esta descrição estruturada pela oposição binária, pode resultar da polissemia do termo inglês “*manager*” (administrador, gerente, gestor ou *dirigente*), agravada pelo facto que o seu desenvolvimento se faz tomando como objecto o grupo restrito dos mais altos comandos (o núcleo da elite). O estudo exclusivo dos círculos dirigentes acaba por inibir, no pensamento de Janowitz, a evidência que a distinção entre funções de gestão administrativa ao nível de direcção (de alta responsabilidade, porque lhe incumbe fixar orientações de conjunto, e não só de carácter administrativo, mas económico e “político”) e funções “operacionais”, ligadas ao combate ou à sua planificação directa, é homóloga da oposição entre

¹⁰ Para Janowitz, esta expressão refere-se apenas os Oficiais, devendo a sua análise muitos dos traços que atribui a cada um dos tipos ao facto que o seu estudo incide sobre os mais altos escalões militares, grosso modo correspondente aos oficiais generais.

funções de gestão, administrativas e funções “operacionais” a todos os níveis, incluindo os níveis inferiores (funções subalternas, de execução).

O “General Staff” apresenta-se pois para Janowitz, neste aspecto, como um “modelo reduzido” dos exércitos no seu conjunto, sendo que a confrontação entre dois “tipos de líderes”, numa instância numericamente restrita, mostra como se defrontam lógicas opostas, que existem em grandeza real na instituição e a estruturam. Seja-nos permitido duvidar que a estrutura das relações entre tipos de funções (e por conseguinte entre tipos profissionais) se mantenha inalterada desde a base até ao topo da hierarquia. Na realidade, a cada etapa principal, o patamar específico (v.g. oficiais subalternos, capitães, oficiais superiores, oficiais gerais), redefine em parte as diferenças, como indicaremos.

Outro clássico do domínio, C. Moskos analisa a evolução da profissão militar concentrando-se sobre a relação que os oficiais mantêm com o seu trabalho e recorre a um modelo, também linear, que opõe dois tipos de orientações dominantes: a orientação “*occupational*” e a orientação “*institutional*” (Moskos 1998)¹¹. Em poucas palavras, a primeira agrupa os profissionais militares que *encaram* a sua profissão como tendendo a ser um “emprego como qualquer outro”, a segunda os militares que vêm a sua profissão como totalmente distinta, não como um “emprego” mas como a pertença a uma “instituição”, de modo análogo aos membros de uma congregação religiosa.

Não devemos todavia esquecer que o objecto das análises de Moskos que desembocam sobre a referida polaridade não são as funções dos oficiais (o tipo de actividades que têm que garantir), mas a maneira como eles encaram a sua relação com as tarefas que desempenham: um “emprego”, ou uma “missão”.

O modelo de Moskos, desde então designado estenograficamente como “modelo I/O” coloca a tónica numa dimensão relevante para quem se preocupa com a questão da especificidade (ou divergência) e/ou da

¹¹ A terminologia foi proposta por Ch. Moskos pela primeira vez num artigo célebre, que entretanto se tornou referência inevitável Moskos, C. C. (1998). From Institution to Occupation: Trends in Military Organization. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Mass., An Elgar Reference Collection: 187-196.(1977).

similaridade (ou convergência) entre profissão militar e profissões civis. Todavia, enquanto Janowitz consagra o essencial do seu esforço ao estudo das lideranças de alto nível (o seu estudo seminal é consagrado aos generais norte-americanos), Moskos interessa-se pelos oficiais de diversos níveis hierárquicos, pelo que a sua teoria é mais abrangente. No final, os profissionais que adoptam o ethos “institutional” acabam por corresponder bastante bem aos “heroic leaders”, enquanto os que encaram a vida profissional sob o ângulo “occupational” são manifestamente mais próximos dos “managers”. Mais tarde, Janowitz veio a criticar o modelo de Moskos, a quem opõe a noção de “*pragmatic professionals*”, como meio de exprimir a tendência para a convergência do militar ao civil, que Moskos via como própria dos oficiais que assumem a postura “um emprego como os outros”. A mudança de vocabulário exprime uma diferença de preocupações, pois Janowitz, ao denominar os portadores do ethos “occupational” como “profissionais pragmáticos”, salvaguarda ao mesmo tempo a noção do seu “profissionalismo” militar, e a figura ideal-típica do “heroic leader” (Janowitz 1998), que não era atingida pela “civilianização”, sob o conceito de “institucional”.

Em suma, quer eles oponham o “manager” (administrador, gestor) ao “guerreiro”, como o faz Janowitz, quer oponham a relação mantida pelos agentes com a organização e a auto-concepção em termos de profissão-vocação à ideia de um emprego como os outros (“Professional” vs. “Occupational”, ou “Institutional” vs. “Occupational”, abreviado em “I/O”), trata-se pois de modelos duais, que distribuem as formas observadas, na sincronia ou na diacronia, ao longo de uma única dimensão.

Os estudos de H. J.-P. Thomas recorrem a um “modelo” de análise algo diferente, que distingue na organização militar dois “subsistemas”, um “técnico-administrativo” e outro “orientado para o combate”, assenta numa oposição simples análoga às precedentes e igualmente monodimensional. A dimensão em questão é, como podemos inferir do que precede, a relação com a excepcionalidade da acção de combate, quer ela se decline em termos de imagem de si próprios, quer em termos de estratégias de carreira. Mas a verdade é que estes “modelos” pretendem dar conta sobretudo da

relação que mantêm os profissionais militares com a sua profissão, nomeadamente em termos de orientações profissionais no seio da organização. Se Moskos se preocupa com a perda de importância de uma relação de tipo “institucional” (escolha da “carreira das armas” por vocação, gosto, apelo por tudo o que faz a sua especificidade), correlativa da emergência de uma relação de tipo “ocupacional” (que tende a ver a profissão militar como “um emprego como os outros”), H. J.-P. Thomas tenta, por seu turno, caracterizar as *estratégias de carreira* dos militares, e só distingue os *dois* subsistemas para melhor as situar (Thomas and Rosenzweig 1982). Devemos, todavia, reconhecer que a caracterização desses dois subsistemas em termos de estrutura das funções fornece indícios preciosos para uma análise multidimensional que apresentaremos mais à frente. Com efeito, o plano no qual Thomas situa as variáveis explicativas das diferenças de estratégia de carreira é um plano objectivo que concerne à estrutura institucional, que por seu turno determina as diferenças entre tipos de funções.

É importante notar que a questão que mais preocupa estes autores (como aliás os que evocaremos imediatamente a seguir) e portanto orienta o seu esforço de análise (uma extensa bibliografia tem sido produzida no seu seguimento), é a comparação entre organizações militares e civis, entre profissões militares e as suas homólogas na sociedade civil¹².

É o que se verifica ao estudar as análises de G. Caforio e de Caforio e Nuciari. G. Caforio, ao fazer o balanço de duas décadas de esforços para dar conta das tendências que emergem da mudança da profissão militar, preocupa-se com a construção de um modelo alicerçado em *caracteres internos* da profissão, atribuindo um papel menos importante aos factores de relações externas à IM (como por exemplo a comparação entre o estatuto profissional civil e militar, a concepção da carreira em termos económicos e técnicos, a alternância dos segmentos de carreira no interior e no exterior e mais geralmente as estratégias individuais de carreiras militares orientadas para a reinserção civil). Caforio propõe uma oposição entre dois pólos, ideal-

¹² Num artigo notável, B. Boëne oferece uma síntese do debate sobre a diferença entre militares e civis: se existe, em que consiste, qual o seu alcance. (Boëne 1998).

típicos também eles (nos termos de M. Weber, que, decididamente, inspira a maior parte destes autores), o pólo “burocrático” (ou a tendência para a burocratização) e o pólo “profissional” ou tendência para a profissionalização (Caforio 1998). A primeira é encarada como uma tendência para a acentuação dos comportamentos orientados para o respeito rotineiro das hierarquias, com fraca iniciativa individual e objectivos de ascensão de acordo com regras e modelos tradicionais (antiguidade, louvores, etc.). A segunda, exprime uma relação com a profissão que coloca a tónica na competência profissional, na autonomia, na promoção em função do mérito e da responsabilidade, etc.

Insatisfeitos com os modelos clássicos, G. Caforio e M. Nuciari propõem, pois, uma análoga oposição dual (convergente / divergente, consoante dominam as semelhanças ou as diferenças em relação aos civis), apenas especificando um dos dois pólos de Moskos. Onde este opõe, como vimos, “Occupational” e “Institutional” (este designado também por “Professional”; consoante os artigos que publicou, a terminologia oscila¹³), Caforio e Nuciari distinguem o “Radical Professional” do “Pragmatic Professional” ((Caforio and Nuciari 1998)), sem que as variáveis estruturais internas, que Thomas utilizava para detectar a distribuição diferencial dos projectos de carreira na organização, sejam consideradas. Os autores visam, no inquérito a que nos referimos, a detectar as diversas modalidades de relacionamento dos oficiais com as suas funções e com a instituição militar. Um conjunto de questões foi consagrado à identificação das “qualidades” principais que deve exhibir o “bom oficial” (aos olhos dos oficiais entrevistados). Entre as 18 que são propostas aos inquiridos, as mais salientes são cinco. Se bem que as

¹³ Seria interessante prolongar a análise dos pressupostos teórico-metodológicos que permitem a C. Moskos considerar como quase equivalentes os conceitos de “Institutional” e de “Professional”. Com efeito, o autor parece assimilar o estatuto de “profissional” à perspectiva estritamente institucional e “vocacional”; por oposição, “occupational”, o “emprego”, encontra-se por assim dizer “degradado” ao estatuto de mera ocupação remunerada, “mercenária”, se o termo nos for desculpado. Ora, esta visão negativa da relação do empregado com o seu emprego (mesmo quando este é um “emprego como os outros”), correlativa da recusa de aplicar o conceito de profissão a estes empregos, é altamente contestável. É pouco verosímil que numa instituição militar a relação com o trabalho possa ser menos investida (em termos de auto-valorização... profissional, técnica, social, etc.), que no sector privado, onde o contrário foi sobejamente demonstrado (na Europa, em particular pelos trabalhos de G. Friedman, A. Touraine, etc.).

qualidades sejam praticamente as mesmas cinco¹⁴ para todos os entrevistados, registando-se apenas diferenças de importância relativa, a imagem que têm de si próprios (“self-image”) estes oficiais parece corresponder não a cinco, mas a *quatro* tipos. São eles (mencionamo-las em inglês para não introduzir ambiguidades suplementares): o “Teacher, Administrator, Logistical officer”; o “Technical officer, Pilot or similar”; o “Troop leader”, e finalmente o “Staff worker”.

Os autores não documentam o modo de construção dos *quatro* tipos de imagem de si próprios, a partir das *cinco* “qualidades” essenciais do “bom oficial” (que são, repitamos de resto comuns aos quatro tipos). É verdade que os autores preocupam-se principalmente com a questão de saber se os três tipos de relação à profissão (que reelaboraram a partir do trabalho de Moskos, especificando o pólo “profissional” em dois subtipos, denominados “Radical Professional” e “Pragmatic Professional”), escolhem conjuntos de qualidades diferentes para caracterizar o “bom oficial”. Considerando os resultados expostos, de facto tal parece acontecer (Caforio & Nuciari 1998: 378). Todavia, os autores parecem não aperceber-se do facto que os elementos da tipologia que constroem são heterogéneos em relação às série de imagens do “oficial ideal”. Mas por um lado não parece razoável postular que as “imagens de si próprio” dependem da importância relativa concedida às qualidades ideais. Por outro, tanto “qualidades” como “imagens de si” e por fim a estrutura das suas relações carecem de explicação, que apenas pode ser procurada num plano diferente, não exclusivamente subjectivo, antes ancorado na estrutura (objectiva) das funções. Não se pode, na verdade, imaginar por exemplo que a “self-image” dos oficiais cujas funções são do tipo “Administrativo” possam em geral corresponder à imagem de si que tenderá a ser em geral a do “Oficial Técnico, Piloto ou semelhante”; nem a recíproca é verosímil.

Para além da “imagem” existem – é banal lembrá-lo – *funções objectivas*, que correspondem a posições claramente diferenciadas no campo

¹⁴ “Por ordem de importância”, “leadership, expertise, responsibility, discipline and decisiveness”. A lista proposta no questionário incluía 18 características (Caforio & Nuciari 1998: 376).

organizacional. Ora, não é de modo algum necessário postular que a organização enquanto campo estruturado, assim como a posição objectiva que ocupa cada agente nesse campo, são *transparentes* para o agente, para formular a hipótese que são essas posições estruturais claramente diferenciadas que determinam tanto a imagem de si próprios (com todas as variantes individuais que sem dúvida existem), como o elenco de “qualidades” do “bom oficial” e a sua importância respectiva aos olhos dos indivíduos.

Também G. Harries-Jenkins, consciente dos limites de um modelo bipolar simples que classifica o conjunto das funções militares em dois tipos (combate / não combate), sugere a introdução de uma segunda dimensão, o nível hierárquico (elevado, baixo), criando assim uma matriz quadrada ((Harries-Jenkins 2003)(1990): 357). Mas esta solução não parece inteiramente satisfatória, tratando-se de dar conta, não de uma variável que estrutura todos os agentes, qualquer que seja o tipo de função que desempenham, mas sim daquilo que os diferencia consoante o lugar ocupado numa estrutura (as das funções especiais), que não é hierárquica, mas sim de coordenação funcional, apesar da dissimetria.

Ao descrever uma realidade muito diferente, a do Exército Vermelho da União Soviética, E. Jones detecta um certo número de “clivagens”, ou “polaridades” no corpo dos oficiais, que lhe permitem dar conta da diferenciação das funções (com incidências na formação, na carreira, no acesso a posições de poder). O seu modelo descritivo inclui três pólos: o oficial de comando tradicional¹⁵, o especialista técnico e o oficial político. O primeiro é uma “herança” dos sistemas militares tradicionais, ou melhor, clássicos, que existiam antes da Revolução (tal como os conhecemos, no essencial, nos exércitos ocidentais contemporâneos), o terceiro, uma “herança” directa dos anos pós-revolucionários (controlo político dos Bolcheviques sobre os militares); quanto ao oficial “especialista técnico”, Jones inclui neste tipo tanto os engenheiros, técnicos no sentido clássico, restrito, e os administradores. “The ideal Soviet officer, as detailed above, is a

¹⁵ “Traditional line commander”.

variation on the ideal Soviet civilian manager”, escreve a autora, que distingue, a propósito do sistema de progressão na carreira, os “line officers” e o “non-line officers”, sendo estes os “especialistas profissionais”, que são tanto os especialistas técnicos propriamente ditos como os “finance officers”, e os “administrative officers”. (Jones 1985): 84-94).

Resulta porém da análise que nos oferece do sistema, que os Técnicos no sentido que damos ao termo (engenheiros), são uma figura profissional nitidamente distinta dos administradores, e beneficiam do acesso a postos de responsabilidade onde entram em competição, não com os administrativos, mas com os “line officers”, oficiais que aqui chamámos “operacionais”, os comandantes das unidades¹⁶.

Uma análise mais aprofundada poderia ser guiada pelas três hipóteses seguintes. Primeira hipótese, nos Estados-maiores coexistem não *duas* lógicas opostas, nem porventura três (no modelo bi- ou tripartito de Janowitz, líder heróico, gestor (+técnico)), mas *quatro*, como resulta do nosso esquema: político / técnico // gestor (“manager”) / operacional (este equivalente do “líder heróico”). Segunda hipótese: esta coexistência (e confrontação), verifica-se não só nos círculos restritos do poder central dos exércitos, mas em todos os níveis. Terceira hipótese, enfim, o que distingue as diferentes unidades orgânicas que constituem os exércitos enquanto organizações, é a dominância *relativa* de uma ou outra das componentes qualitativas (as “lógicas” de acção) na respectiva unidade (Arma, Serviço, unidade).¹⁷ Do jogo conjunto destas hipóteses, resultaria que nos estados-maiores é a lógica “política” que domina, que se torna característica diferencial em relação às lógicas que imperam nos outros Corpos, Serviços, etc.¹⁸.

¹⁶ Veja-se a citação de Jones que damos um pouco mais longe, a propósito do pólo Técnico.

¹⁷ É possível, também, com toda a verosimilhança, que a combinação diferente destas componentes caracterize – permita dar conta, das diferenças entre os Ramos. Mas deixaremos este desenvolvimento para um âmbito diferente.

¹⁸ A verificar-se, a nossa tese descreveria o “núcleo de elite” de Janowitz, que é o domínio dos Estados-maiores, como arena “política”, nas quais se encontram e defrontam as lógicas concorrentes (operacional, managerial, técnica), incarnadas por personalidades em geral oriundas dos sectores institucionais em que dominam estas lógicas, e que, por assim dizer as “representam”.

Que a diferenciação entre tarefas de Estado-maior, e tarefas de técnicos, de engenharia, tenha sido difícil de apreender, apesar da diferença profunda de teor prático, de orientações em relação à acção e até de valores, e por fim, de modo de apreensão da profissão, não é, de certo modo de estranhar. O “modelo” da engenharia, enquanto aplicação tendencialmente unívoca de saberes científicos designados, não sem complacência, por “ciências exactas”, fornece à acção um ponto de referência seguro, fundamenta certezas, dirige a concepção de planos, e reduz a própria incerteza essencial (não reconhecível como tal neste *ethos*), à noção mecânica de “fricção” clausewitziana, sem dela retirar as consequências que Clausewitz indica.

A força e a coerência, científicas e sociais, cedo adquiridas pelas tecnociências, serviram de ponto de apoio para a definição da identidade profissional do Engenheiro, mas faltaram durante séculos ao trabalho de Estado-maior.

A Economia e a Gestão, por seu turno, poderosamente estimuladas pelo desenvolvimento económico do século XIX, impuseram, logo após as Ciências da Engenharia, a necessidade de sistematização da Administração nos domínios que dizem respeito à gestão dos meios materiais. Mas as outras ciências sociais só muito mais tarde demonstraram a sua utilidade. Entre elas só a História Militar, pela sua proximidade com os estudos clássicos e pelo seu interesse exclusivo pelo universo militar, tinha adquirido foros de legitimidade.

A história da criação, do desenvolvimento, das crises pelas quais passou o Corpo de Estado-maior em numerosos países, e da sua afirmação recente enquanto função distinta, dotada de exigências técnicas e científicas próprias e sobretudo distintas tanto das que caracterizam, por um lado o gestor, por outro o operacional, por outro enfim, o engenheiro, ficou marcada pela dificuldade de definir (para além da evidência da proximidade do poder), o seu teor técnico próprio, e os seus fundamentos científicos.

Mas também parece claro que, tanto no exercício efectivo das funções, como na maneira como os profissionais se situam, as funções que chamamos “políticas”, de direcção geral e de programação, são, desde cedo, percebidas como bem diferentes das funções estritamente técnicas do

engenheiro. O oficial Engenheiro (como o seu equivalente civil), é a profissão que se impõe pelo *poder da tecnologia* (a máquina em geral, o armamento complexo em particular¹⁹). O oficial de Estado-maior (como o seu equivalente civil – pessoal de Direcção “política”), por seu turno, preenche uma função que se impõe pelas *tecnologias do poder* (aquisição, controlo e manipulação da *informação*).

Arrisquemos uma hipótese, sem antecipar sobre a análise que encontrará o seu lugar na secção seguinte: o desenvolvimento tardio das ciências sociais, e a ausência completa das ciências (e até dos próprios conceitos!), da informação e da comunicação, tornava impossível a afirmação de um “Corpo” ao qual faltavam recursos científicos específicos, e que viria a assentar nesses novos saberes. Os Estados-maiores oscilaram portanto – como entre escolhos igualmente perigosos –, entre a burocratização, a “politização” e a fusão com o operacional.

Enquanto o requisito de colocar no centro da análise os caracteres *internos* da profissão militar nos parece uma excelente ideia, que mereceria um exame mais aprofundado, o modelo monodimensional ao qual a sugestão de Caforio conduz mais não será, para além da reformulação de alcance terminológico, que uma modificação da oposição entre os tipos “institucional” (agora designado pelos aspectos tradicionais) e “ocupacional”, que passa a ser designado, ao considerar sobretudo a tecnicidade e o dinamismo, “profissional”, ou “profissional pragmático” (Caforio 1998). Embora os critérios que estão na base da nova tipologia sejam diferentes, visto que ela já não opõe a “pertença institucional” ao “emprego”, portanto a vocação e a diferença à preocupação puramente material, economicista, mas sim os valores implícitos na primeira e o modo como são vividos (rotina, valorização da hierarquia), aos valores que inspiram a segunda (competência, dinamismo e inovação, meritocracia), a verdade é que os dois tipos coincidem em larga medida. O “institutional” de Moskos é sem dúvida o “traditional” de Caforio,

¹⁹ A “máquina” pode ser um computador, sem que isso afecte a nossa análise; enquanto Engenheiro, o Oficial detentor da Técnica controla o equipamento (“hardware e software”). Mas não é ele, *enquanto especialista da tecnologia* que controla a informação – os conteúdos - que trata.

como o “occupational” do primeiro corresponde de perto ao “pragmatic professional” do segundo.

2.2 Um modelo a duas dimensões: Segal e o método etnográfico

D. Segal põe à prova o modelo I/O numa série de inquéritos. Os resultados de Segal confirmam que algo se verifica na realidade, da ordem da oposição entre um modo de encarar a carreira que acentua o aspecto “emprego como qualquer outro” (“occupational”) e um modo que acentua a especificidade, realçando a pertença a uma instituição *sui generis*. Mas sobretudo, Segal duvida de que as duas formas descritas por Moskos constituam dois pólos da mesma dimensão, e sugere que se trata de duas dimensões distintas. No plano assim definido, o quadrante que corresponde aos altos valores das duas dimensões (fortemente Institucional e fortemente Ocupacional), contém, segundo o autor, os “*pragmatic professionals*”, profissionais militares que são ao mesmo tempo *profissionais* no pleno sentido do termo (alta qualificação, autonomia, preocupações categoriais) e *institucionais* (cientes do particularismo militar, que preservam e cultivam) (Segal 1998).

Todavia, se os pólos positivos das duas dimensões são descritos, Segal não trata, pelo que sabemos, os três outros quadrantes definidos pelo cruzamento das duas dimensões.²⁰ Ao definir as duas dimensões nos moldes da tipologia de Moskos, Segal não tira todo o partido que poderia da sua própria sugestão.

Dos trabalhos de Segal reteremos ainda a sugestão que, para tratar destas questões, algo mais é necessário do que o recurso a inquéritos de opinião. Segal indica que o método etnográfico, pela sua capacidade a dar conta das realidades práticas, por um lado (observando-as directamente no terreno) e das atitudes que podem não ser verbalizadas e são por essa razão inacessíveis ao inquérito (*survey*), é indispensável para descrever a estrutura

²⁰ Se é verdade que o quadrante onde se encontrariam os militares com valores baixos ou negativos em I e em O (pouco institucionais e pouco profissionais) pode ser considerado como devendo ser residual (mas talvez não vazio), os dois outros quadrantes, mistos (valores positivos numa dimensão e negativos na outra), corresponderiam sem grande dificuldade aos dois tipos de Moskos.

das atitudes que caracterizam o universo militar. Adiante mostraremos como convém explorar a sugestão de Segal²¹.

Já vimos que essa era a principal reserva que suscitava também a tipologia de Caforio e Nuciari que acima analisámos. Se retomarmos agora nos termos do modelo que propomos as quatro imagens de si próprio que estes autores enumeram (constroem? Identificam?), constatamos que elas correspondem de bastante perto aos quatro pólos que resultam da combinação dos dois eixos que adoptámos: Gestão – Administração (“Teacher, Administrator, Logistical officer”) / Operacional (“Troop leader”); Político (“Staff worker”²²) / Técnico (“Technical officer, Pilot or similar”)²³.

Se bem que outros modelos existam, os estudos tendem a concentrar-se, como os de Janowitz e os de Moskos, sobre orientações de carreira e estilos ideológicos, descrevendo os efeitos de variáveis como o sexo a raça, o nível de educação ou a idade ou nível hierárquico, etc., sem se preocupar (ou sem o fazer, em nosso entender, de modo suficiente), em definir variáveis independentes internas, relativas à *estrutura das funções*. Ora, esta interessa-nos de modo principal, pois, sem negar o interesse, incontestável, das oposições descritas entre diferentes modos de viver a profissão militar no que respeita à relação com o universo profissional civil, é a estrutura das funções (e a sua evolução), que podem permitir-nos apreender as profissões militares enquanto universo diferenciado, e fundamentar, por exemplo, opções quanto à formação dos profissionais, à gestão de carreiras, etc.

Com a reorganização aqui proposta dos conceitos passamos, pois, da elaboração de uma lista de tipos de imagens, à determinação da estrutura de

²¹ Assinalamos somente que a maior parte das hipóteses aqui propostas resultam de um esforço de observação etnográfica do universo militar que nos rodeia. Apesar dos limites da base de observação, que deverá ser reforçada, as hipóteses foram conferidas com numerosos oficiais, a quem interrogámos sobre a pertinência das teses propostas em relação à sua experiência profissional.

²² Nesta expressão o substantivo “worker” introduz conotações que esbatem a nitidez da figura do “oficial de Estado-maior” (veja-se o efeito que produziria em Português, a substituição de “oficial” por “trabalhador de Estado-maior”). O carácter especial das funções não se compadece com a imagem do executante, assalariado que mobiliza a expressão “trabalhador”

²³ Queremos sublinhar que a correspondência entre as “imagens” e as posições estruturais definidas pelas duas dimensões que utilizamos não pode ser senão parcial, empírica, sem verdadeiro estatuto teórico.

um campo profissional que determina posições, opondo-as como se opõem as exigências diferentes, em certa medida até incompatíveis, a que são submetidos tanto os agentes individuais como os grupos que *por elas* são definidos.

Os resultados de Segal indicam que algumas diferenças existem, no que concerne às orientações dominantes, entre ramos, armas e até unidades. De modo muito sucinto, sugere também que poderá haver diferenças consoante a proximidade à função combatente; mas não leva avante estas pistas que julgamos, ao invés do que parece pensar o autor (pois enuncia-as sem explorá-las), ser da maior importância. Com efeito, o que se encontra por trás de tais diferenças é a estrutura das funções militares e em nosso entender, *a estrutura das funções, entendida como a matriz estrutural e funcional* na qual se formam as maneiras de estar, não só as estratégias individuais (de carreira, mas também de qualificação, etc.), mas também as *identidades colectivas* parciais (ramos, armas, unidades ou serviços, etc.), as sub-culturas nas quais se especificam os modos de viver, de pensar, os valores e os projectos de vida dos militares. Mas não será demais sublinhar que o modelo que resulta desta opção teórica se refere a *funções* e não a “Ramos” ou “Armas”, visto que em cada uma destas entidades administrativas se exercem funções múltiplas, diferenciadas, e que estas obedecem à lógica do modelo apresentado, repercutida no interior de cada uma das próprias Armas. Temos, todavia que admitir, com os autores que a seguir mencionamos, que os perfis de funções não se distribuem de modo igual pelas diferentes armas. É mesmo assim esta matriz *de funções* que *deve ser o ponto de partida para a descrição dos perfis profissionais* que integram competências específicas, diferentes perspectivas de carreira, mas também perfis identitários distintos. Em conjunto, estes elementos podem ser vistos como os pólos práticos, objectivos, por um lado e subjectivos e simbólicos, por outro, que estruturam o campo de acção no qual os indivíduos “jogam” a sua vida profissional (e em certa medida, familiar e pessoal).

3. Dum modelo a “duas dimensões ½ ” ao modelo em três dimensões

No presente âmbito, excluimos a possibilidade de descrever em pormenor o modelo alternativo que propomos. Antes daremos uma visão resumida das suas principais linhas orientadoras. Começaremos sublinhando que a realidade que se trata de descrever é antes de mais a estrutura das funções (antes de encarar o modo como esta determina o estilo de orientações profissionais e outras que os indivíduos adoptam), e que nos parece indispensável recorrer a um modelo a “duas dimensões mais uma”, ou “duas dimensões e ½” ²⁴.

A estrutura das funções tal como se apresenta actualmente na maioria das forças armadas dos países ocidentais é fruto de um movimento contínuo de diferenciação. O ponto em que nos encontramos é o de uma pulverização das especialidades que mais não faz que traduzir, no seio dos exércitos, a extraordinária proliferação dos saberes especializados, cuja fragmentação nos coloca perante catálogos de milhares de funções técnicas bem distintas. A ordem que as diferentes classificações introduzem nesse universo é cómoda. Uma síntese das diferenciações nas organizações militares, que devemos a (Caplow and Vennesson 2000), distingue duas dimensões principais, a “vertical” e a “horizontal”. A dimensão vertical corresponde ao grau hierárquico e ao comando, e especifica a escala das patentes e das unidades de comando, com um dado essencial: a distinção entre oficiais / não oficiais.

A dimensão horizontal, a que corresponde a especialização funcional, distingue a especialização por arma ou especialidade ou a função no

²⁴ Parece-nos legítimo utilizar, a título em parte metafórico, a solução a que recorreu Marr para exprimir o nível intermédio entre visão a duas dimensões e a visão 3D (“visão a 2 ½ dimensões”), por razões idênticas. Neste caso, como veremos, a ½ dimensão é a hierarquia; com efeito, esta diferencia, e até de maneira universal, os profissionais militares, mas a escala que ela constitui é percorrida de maneira uniforme (embora a velocidades diferentes) por todos os oficiais, enquanto as outras dimensões podem distinguir tipos de funções que, se bem que não sejam “estanques”, podem não se encontrar no percurso normal de todos. Desta forma, a hierarquia liga e torna *semelhantes* numa dimensão os tipos profissionais (horizontais) e os grupos que lhes correspondem, os quais são o suporte de *diferenças* de carácter permanente.

combate. Os autores recordam que desde as legiões romanas se diferenciaram cinco armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Logística (a “Intendance” francesa) e Estado-Maior. Assim, as formações terrestres actuais incluem *unidades especializadas* para as Comunicações rádio (Transmissões), transporte, informações, logística, saúde, justiça, construção e demolição, relações públicas, etc. Na diferenciação horizontal, certas classificações agrupam as “armas” de acordo com critérios mais abrangentes. Nesta óptica, a França por exemplo distingue “armes de mêlée”, ou armas “de contacto” (Infantaria, Cavalaria Blindada), de apoio (Artilharia, Engenharia, aviação ligeira), e armas de assistência (apoio logístico, material, transporte, transmissão). O estudo das “doutrinas” elaboradas aos níveis nacional e internacional forneceria, sem dúvida, numerosas variantes destas classificações.

Numa perspectiva que nos interessa mais directamente, os autores²⁵ enumeram “as *principais funções* (administrativas, comando, pessoal, informações [“renseignement”], operações, logística [“intendance”])” (itálico nosso). Não seria difícil, nem arbitrário, reduzir ainda esta enumeração, reorganizando-a ligeiramente, para chegar a uma curta lista de “funções principais”: Administração (incluindo o Pessoal), Logística, Comando (e Informações), Operações.

Obedecendo a uma necessidade prática, limitar-nos-emos a reter nesta formulação a ideia que, subjacente às numerosas especializações técnico-operacionais e às diferenças tradicionais entre “armas” e/ou serviços, existe um espaço funcional que pode ser descrito recorrendo a um número restrito de conceitos, formando estes um esquema relativamente simples, no qual se enquadra a maioria dos elementos. O mérito de tal esquematização é o de reduzir a imensa diversidade empírica das situações²⁶ e permitir uma visão

²⁵ Note-se que se trata de sociólogos especialistas do domínio militar, sendo um deles Americano e o outro Francês, o que indicia algum recuo quanto aos particularismos nacionais (aliás diferentes) de cada um.

²⁶ A multiplicação das especialidades, nomeadamente no domínio técnico, é uma das características mais salientes da evolução das profissões militares. Já no início dos anos 1960 Samuel Huntington dava o devido realce à tendência para o acréscimo da especialização técnica. Huntington sublinha o facto que, por exemplo na Força Aérea, os oficiais estavam repartidos entre 40 “domínios de utilização”, 198 especialidades de oficiais

de conjunto coerente e, esperemos, operacionalizável em termos de perfis profissionais (e por exemplo, de perfis de necessidades de formação).

O modelo que propomos é, de facto, um modelo estruturado em duas dimensões principais, que podem ser vistas como dimensões contínuas, em cada uma das quais os casos concretos se distribuem entre dois pólos. A primeira opõe o “Político” ao “Técnico”, a segunda opõe o administrativo, o “Burocrático” ao “Operacional.”

Para darmos apenas uma vinheta resumida do sentido das expressões utilizadas, podemos dizer que a primeira dimensão exprime a oposição entre as funções de elaboração dos objectivos internos da IM, do seu relacionamento com o exterior (negociação de meios, relação com as instituições civis, com os media, etc.). Este pólo caracteriza os Estados-Maiores, e as funções de tipo estado-maior (EM). Podemos defini-la de modo abstracto como o pólo de elaboração e utilização das “Técnicas do Poder”: aquisição, elaboração e utilização da informação. O pólo oposto é, nesta mesma dimensão, constituído pelas funções técnicas, todas as funções cujo carácter resulta da importância da tecnologia, da manipulação das forças da natureza e do poder sobre a matéria. Em resumo, e por oposição ao primeiro, ele concentra e assenta no “Poder da Técnica”.

Note-se que esta diferença, de acordo com as hipóteses de base que nos guiam, determina (e é nisso que ela nos interessa), maneiras de pensar, de agir, de se relacionar com a IM, e portanto núcleos de competências e identidades profissionais que são profundamente diferentes. Assim, a lógica do pólo “Político” é obviamente a do arbítrio (e em parte, do arbitrário, no sentido em que as decisões são realmente assentes em preferências que, enquanto tais, são todas igualmente possíveis do ponto de vista das leis da natureza, e sempre sub-determinadas pela necessidade objectiva). Sendo a esfera da elaboração dos objectivos, ela tende a ser pólo de poder, pois a determinação de objectivos e até de finalidades, função que exige longos processos de trabalho organizacional é prioritária à sua execução. Por seu

da força aérea e 309 especialidades e sub-especialidades, enquanto no Exército os oficiais se distribuíam por 394 funções militares especializadas Huntington, S. P. (1998). *Power, Expertise and the Military Profession. The Sociology of the Military*. G. Caforio. Northampton, Edward Elgar Publishing L.ted: 249-271..

turno, o pólo “Técnico”, fundamenta a sua estrutura organizacional e o seu funcionamento não de acordo com o arbítrio, mas com a necessidade ditada pelas leis da Natureza. O domínio da Matéria e as aplicações tecnológicas que o traduzem nos sistemas de instrumentos é o domínio do Engenheiro. Um domínio de funções que manipula Matéria e forças físicas e não informação, e desenvolve um ethos profissional que tende a ser marcado pelo positivismo da necessidade técnica. É apenas uma maneira diferente de representar as duas dimensões que definiam o plano que apresentámos antes, acentuando que as arbitragens dos “técnicos” intervêm na escolha de Meios entre outros Meios e por isso eles se opõem, enquanto “especialistas da objectividade”, às instâncias de administração das incertezas e dos Fins.

A segunda dimensão opõe o “Administrativo” ao “Operacional”. Para simplificar a apresentação, podemos servir-nos de expressões características, que designam o primeiro como o domínio da “força da regra”. Nele imperam a minúcia do registo, a ordem de sucessão dos processos, o cálculo escrupuloso dos recursos e das suas afectações, o respeito da norma e do regulamento que caracterizam (e, lembremo-nos, também no bom sentido da palavra), a Burocracia enquanto sistema de racionalização.

O segundo pólo, como o leitor já adivinhou, é o da “regra da força”. Com efeito, o que chamamos o pólo “Operacional” é o que resume de maneira extrema a lógica prática da finalidade específica que define a IM: a capacidade para fazer a guerra. Ora esta, se bem que constantemente pensada como devendo obedecer a sequências racionais, planeadas e controladas, e obedeça, em princípio a regras morais e deontológicas (as “leis da guerra”), é em essencialmente o domínio do imprevisível, da lógica prática da acção em situação de extrema urgência, que não se compadece (ou entra inevitavelmente em conflito) com a lógica administrativa, por um lado; e o domínio do conflito entre as regras deontológicas e morais e a eficácia a todo o preço, que não se compadece com essas restrições.

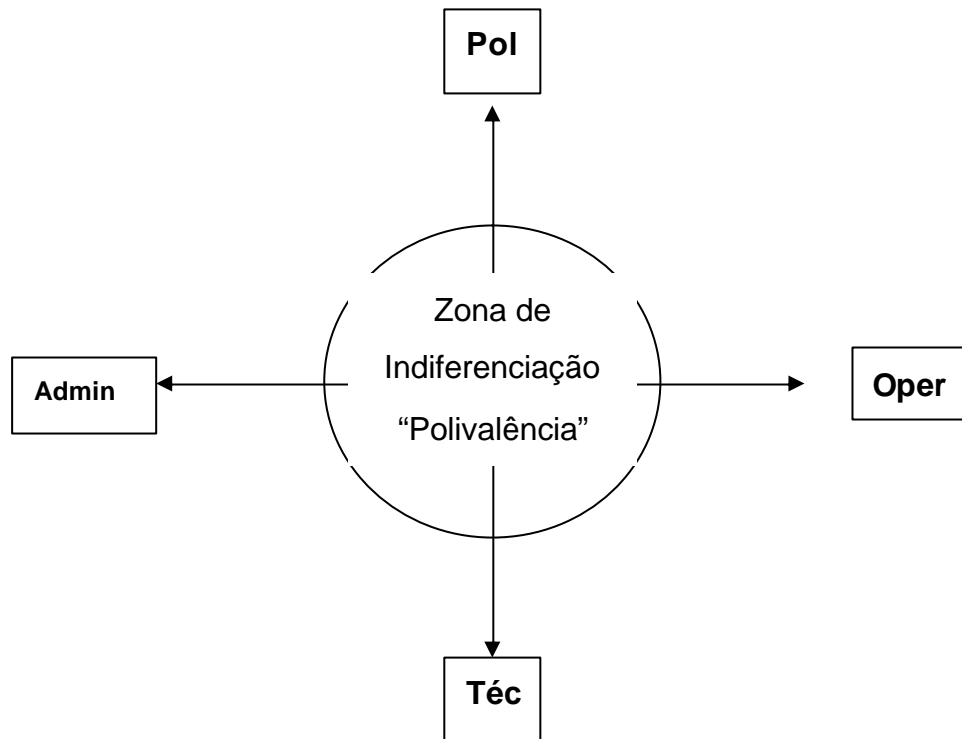


Figura 1: Os dois eixos de especialização funcional

No eixo horizontal, figurámos pois a dimensão que exprime a oposição entre a gestão, a administração, o raciocínio económico, dominado pela preocupação das “economias de meios”, pelo controlo *a priori*, pela minúcia do registo: numa palavra, pela burocracia, que entenderemos aqui sem conotação negativa especial, à função “operacional”, característica mais original da instituição militar, que corresponde ao combate. Opõem-se assim, entre os dois pólos, as normas de funcionamento concreto, o “ethos” que as inspira, a relação entre meios e fins.

No que concerne à função Gestão / Administração, observamos os parâmetros que correspondem à noção weberiana de burocracia, com a correspondente tendência para a uniformização normativa dos procedimentos, a racionalização do comportamento individual em termos de conformidade a normas gerais. Em consequência, a burocracia apresenta-se como a instauração de uma previsibilidade dos comportamentos individuais (Merton fala, muito expressivamente, de “calculabilidade”), particularmente favorável à criação de vastas organizações. Os agentes das burocracias adoptam padrões de comportamento “frios”, lentos, preocupados com a responsabilidade imediata, *local*. A coerência da burocracia fundamenta-se

na uniformidade da regra. Mas a racionalidade do agente²⁷ tende a integrar apenas critérios *locais*, aspecto que terá sido menos valorizado, se atentarmos na caracterização dos processos burocráticos por Max Weber. De facto, como observa Weber, a racionalidade burocrática tende a orientar-se em vista ao respeito de regras gerais, o que aumenta a previsibilidade da acção; mas tende também a multiplicá-las, o que tende a paralisar a organização. Paradoxalmente, portanto, o carácter geral das normas burocráticas não impede que o cálculo (racional) efectuado pelos actores a partir dessas normas (motivos de agir, antecipação das consequências), tenda a considerar apenas parâmetros locais, ou seja, a não considerar senão o efeito da norma (geral) no contexto restrito, imediato, no qual se insere o agente. O contraste entre norma geral e cálculo local torna possível uma grande diversidade de práticas locais, eventualmente contraditórias, responsáveis pela paralisia global apesar da existência de dinâmicas locais. Muita azáfama (local), pouco resultado (global), tal poderia ser o resumo do quadro que descrevemos.

O que nos interessa é que, como na maior parte das burocracias, se não em todas elas, desde que se trata de *gestão* estejamos no domínio da minúcia, da poupança, do *registo* e do controlo *a priori*, um mundo bem característico. Também as instituições militares têm que gerir – burocraticamente – recursos humanos e materiais, e prestar contas certas, e anuais perante instâncias puramente abstractas (por exemplo, Tribunal de Contas, etc.). Como veremos, nos exércitos, a função administrativa e de gestão, se sempre existiu, só tardiamente se diferenciou, incarnando-se em instâncias *ad hoc*, dotadas de um lugar bem definido no interior dos exércitos, com pessoal próprio e especializado. A burocratização dos exércitos é, pois, sinónima de oposição crescente entre a lógica administrativa e lógica “militar propriamente dita”, a lógica do combate.

Porque, com toda a evidência, os recursos existentes nestas instituições têm como finalidade e justificação primeiras um certo *output*, um produto principal

²⁷ Falamos de “agente” para designar o actor individual, de “actor” para o grupo. Neste ponto da análise referimo-nos aos conceitos elaborados por Crozier Crozier, M. and E. Friedberg (1977). *L'acteur et le système*. Paris, Seuil. Crozier e Friedberg.

– a operação militar. Ora, mesmo que esta permaneça virtual, em tempo de paz, a lógica desta finalidade é tão oposta quanto possível à da função burocrática. A operação, de que o tipo extremo é, como referimos, o combate, assenta numa racionalidade inteiramente distinta. A urgência, o perigo, a transgressão das normas morais comuns, são elementos poderosos de estruturação não só das situações – contextos de acção – mas também da relação que, na instituição, mantêm os actores especializados em vista do combate. Neste, os recursos, nomeadamente materiais, são encarados como devendo ser gastos, em função de necessidades locais e não de regras *a priori*, sem limites senão o seu esgotamento. A lógica da poupança é tão estranha a estas situações, como o esbanjamento é alheio à burocracia. O “operacional” é o homem da “*dépense*” de que G. Bataille fez uma temática essencial, do esbanjamento, da despesa excessiva, agonística. Se o “operacional” – o combatente que é o protótipo da função extrema que caracteriza este pólo do eixo “gestão \leftrightarrow combate”-, alguma vez é levado a “poupar” (armas, munições, material), é para melhor os gastar logo a seguir. Nenhum operacional poupa munições para levá-las de regresso à base, mas sim para gastá-las sem contar no momento em que vêm a ser necessárias. Não há imagens tão ilustrativas desta oposição, como as da relação entre um(a) operacional e o material que utiliza. Enquanto o burocrata exige registo, justificação, poupa, o operacional, quando necessário, gasta sem limites, aos olhos do primeiro, “esbanja”: onde um pensa “meios” (economia de meios), o outro pensa “resultados” (maximização dos resultados práticos). Frente à lentidão minuciosa do “gestor” burocrata, à ausência de empenhamento físico, à ausência de perigo e de *pressão temporal* imediata, o “operacional” vive num universo que parece simétrico: exigência de eficácia prática, empenhamento físico máximo (pelo menos eventual), pressão temporal intensa e constante²⁸.

Ambas indispensáveis, estas duas funções, ao diferenciar-se ao longo do

²⁸ Note-se que esta oposição é homóloga da que se instaura entre pilotos de aeronaves e administradores das frotas, controladores aéreos nos aeroportos e fiscais de procedimentos, etc. Enquanto as equipas de pilotagem vivem sob pressão temporal intensa, os administrativos que gerem regulamentações e procedimentos vivem no domínio da formalidade e da regra *a priori*. O resultado frequente é o abandono de uma parte das regras ou dos processos de verificação pelos pilotos – os “operacionais”.

tempo, mas também, na sincronia, ao seleccionar tipos de pessoas diferentes, “produzem” uma tensão fundamental no seio das instituições. Já veremos como esta oposição (que é uma oposição de funções, mas também de visões do mundo, de ethos, de “formas de vida”), influi sobre a relação de uns e outros com as ciências. Noutro lugar desenvolveremos a oposição, confirmada pela etnografia das profissões militares, entre a lógica do cálculo dos *recursos* e da sua gestão minuciosa (uma lógica da eficiência) e a *lógica dos resultados*, com os compromissos que esta exige em nome da eficácia (objectivo prioritário entre todos tratando-se de guerra). Basta-nos colocar uma hipótese: esta dimensão, como a precedente, opõe não só dois tipos de *funções* nitidamente diferentes, como até dois tipos de *homens* (e portanto de profissionais).

A “meia dimensão” é, como já foi dito, a hierarquia (ver nota de rodapé), que, por ser uma característica uniforme a todas as funções separa, de facto, os níveis e estrutura os grupos no interior de cada uma delas, mas torna semelhantes os profissionais de perfis diferentes (Exemplo: um Major Engenheiro e um Major de Infantaria). Vale contudo a pena introduzi-la no modelo, visto que este pode ser descrito a cada um dos grandes níveis hierárquicos (v.g. oficiais subalternos, capitães, oficiais superiores, oficiais gerais). A observação mostra, aliás, que as relações entre os quatro pólos diferem a cada um dos níveis de hierarquia, o que permite aos profissionais calcular as suas carreiras tendo em conta a possível circulação entre os quatro “pontos cardinais” do sistema. Mas esta nunca se opera de modo ilimitado, antes segue um leque restrito de caminhos possíveis, o que confirma a pertinência geral do modelo enquanto sistema de oposições.

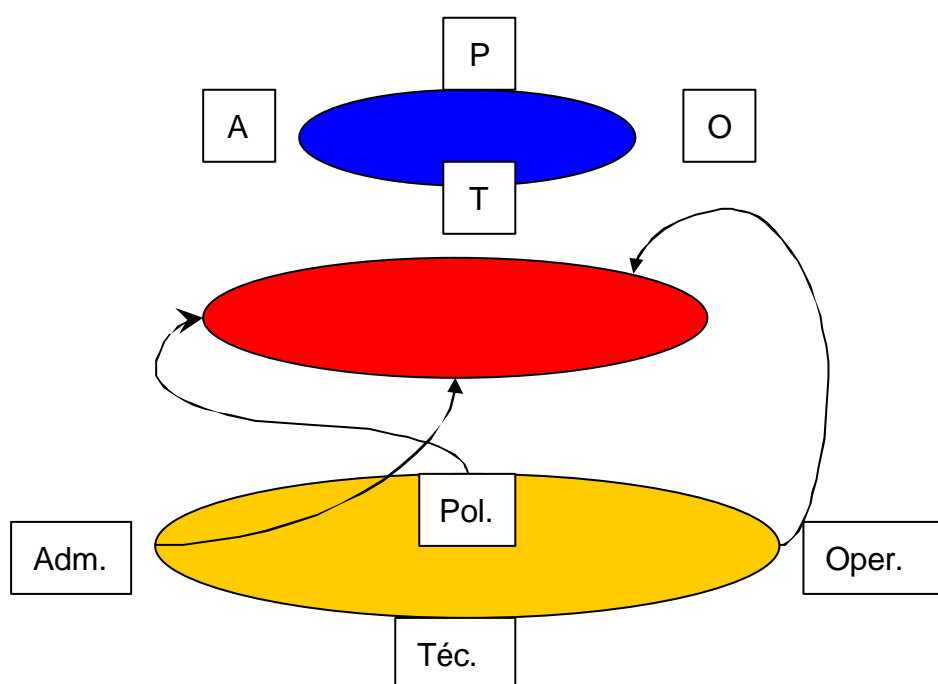
Ocorre sublinhar que alguns estudos já utilizados (outros existem que seria demasiado longo citar no presente âmbito), sugerem que a hierarquia, longe de suprimir a diferença e de desactivar o sistema de relações entre oficiais com perfis correspondentes aos quatro pólos, conserva essas diferenças e estabelece de modo original relações de força entre componentes, que depois se reflectem nos equilíbrios aos níveis hierárquicos inferiores. O que a hierarquia produz, é uma redução das distâncias funcionais, visto que, em vez de unidades e serviços separados, as instâncias mais elevadas tendem a

ser mais conjuntas. Por essa razão, o quadro descrito por Janowitz, que se concentra nas altas chefias, mostra os estados-maiores gerais enquanto arenas nas quais a lógica e as orientações do “heroic leader” defrontam as do “manager”, enquanto aos níveis inferiores a própria separação no espaço (diferentes unidades, separação das armas, etc.), permite algumas estratégias de gestão do nível de conflito através do evitamento.

Numa representação gráfica, o espaço da hierarquia aparece como um cone, no qual as diferenças funcionais se mantêm, ao mesmo tempo que o espaço de jogo (porque não o “teatro de operações institucional”) se reduz.

Na figura seguinte, desenhámos, por comodidade, três níveis apenas (que poderíamos considerar corresponderem a “oficial subalterno”, “capitão”, “oficiais superiores”; um quarto círculo, mais restrito representaria os “oficiais gerais”), indicando somente dois ou três itinerários ascendentes, de entre os possíveis.

Se a hierarquia é, porventura, a mais antiga das diferenciações internas, os quatro tipos de funções que estruturámos nas duas dimensões (Político/Técnico e Burocrático / Operacional), também têm uma história, e parece-nos indesmentível que as posições relativas que hoje ocupam os quatro tipos principais derivam, em larga medida (e sobretudo no plano simbólico, cuja importância seria errado ignorar no contexto militar), do processo de diferenciação que presidiu à sua emergência.



O Operacional, por ser o domínio de funções ligadas ao Comando de tropas e às operações (militares em geral, de guerra em particular), gozou de uma predominância quase exclusiva (pelo menos até meados do século XIX e em muitos casos até ao fim desse século (1914). O equilíbrio numérico entre componentes é apenas um indicador, mas, ao permitir identificar uma tendência estrutural decisiva, ganha um interesse de destacar. Consideremos o caso do exército norte-americano. Por volta de 1865, durante a Guerra de Secessão, a proporção dos efectivos militares directamente ligados ao combate, comparados aos que a ele não estão directamente ligados era de cerca de 92% / 8%. Um século mais tarde, nos início dos anos 1960, as proporções rondam 29% / 71%; é provável que as proporções actuais sejam mais próximas de 25% / 75%. A profissão militar (o conjunto de funções articuladas em redor de saberes, técnicas e práticas) acima caracterizada como “Operacional” dominava, por conseguinte, de muito longe, o equilíbrio interno da IM. É claro que tal facto tem consequências de grande alcance a todos os níveis, tanto técnicos, como nas relações de poder interno às IM, no relacionamento com a sociedade civil, as instituições políticas, etc. Mas a predominância do “Operacional” não era apenas numérica, pois determinava as estruturas funcionais internas tanto como a identidade profissional. O protótipo profissional, a imagem à qual se identificam os militares durante todo o período é o do “operacional”, que possui assim algo como uma hegemonia simbólica decisiva (Karsten 1998). Os outros pólos, ao definir-se progressivamente (e dificilmente) enquanto funções permanentes, vão ficar, durante séculos, sectores dominados no seio das IM. O “Burocrático”, administrativo, ganha bruscamente importância com os exércitos de conscritos, que são também exércitos de massa e exigem o desenvolvimento de grandes administrações permanentes. Pouco diferenciado de início, o administrativo e logístico é também encarado, como factor de estatuto quase servil em relação ao “Operacional”: “*L'intendance suit*”, diz, no estilo arrogante que o caracteriza, Napoleão.

A logística (e a administração) obedecem e seguem²⁹, o operacional comanda.

Voltemos, por ora, ao esquema das duas dimensões, para caracterizar com mais pormenor o segundo eixo (representado na vertical), no qual notámos a oposição de dois pólos, “político” e “técnico”. O primeiro é o pólo da decisão geral de agir e da planificação da acção. A sua lógica é a da finalidade global, eventualmente a curto prazo, mas sempre inserida numa visão global e de longo prazo, e em relação com os contextos externos da Instituição. Trata-se, indiscutivelmente do pólo do poder *formal* no seio da instituição, que é *político* porque incarna as finalidades globais. Mas a racionalidade que o caracteriza é uma racionalidade híbrida. Com efeito, ao assumir as finalidades locais (decidir a “operação”), o “Estado-maior” desenvolve por um lado, uma racionalidade que é “económica” (calcula custos e lida com as afectações de recursos), mas não “gestionária” (porque para o militar agir é gastar sem que haja retorno sobre investimento no sentido do gestor), e uma racionalidade “operacional” (porque planifica a acção até ao pormenor), sem ser, ele próprio, como o “operacional, combatente.

No pólo oposto desta segunda dimensão temos, pois, a função do especialista técnico, de que o protótipo é o Engenheiro. Para os técnicos altamente qualificados e especializados, a realidade apresenta-se de modo distinto, se comparada com a visão do pólo “político”. A sua aversão pela “política”, ainda que entendida no sentido estritamente interno à instituição, apenas é ultrapassada nos níveis de responsabilidade mais elevados. O engenheiro tem por domínio de racionalidade a possibilidade material, física, das acções, e por isso mesmo, a implementação de meios técnicos, insistamos, *fisicamente* adequados. A sua oposição à racionalidade de Estado-maior nem sempre foi claramente percebida, tanto pelos actores, como pelos analistas, por razões históricas, apesar de estas serem bem conhecidas. Com efeito, a transformação dos exércitos de Antigo Regime nos exércitos modernos fez-se sob o signo da Técnica, e sob o império dos engenheiros militares. A hegemonia das “armas técnicas” (Engenharia,

²⁹ O leitor não ignora as funestas consequências que tiveram os problemas logísticos na campanha da Rússia (quando a “intendance” deixa de seguir...).

Artilharia)³⁰, nos níveis mais elevados das hierarquias militares, a partir do início do século XIX, em numerosos países, esteve ligada à formação inicial dos Oficiais, quando esta veio a ser reestruturada. As primeiras grandes Escolas dos novos exércitos nacionais foram, seguindo o modelo napoleónico, escolas de engenharia³¹. Que esse modelo, que agregava num único grupo social (actores institucionais) dirigente o “técnico” e o “político”, subordinando o segundo à lógica do primeiro, teve uma importância e uma longevidade consideráveis, é o que atesta a visão que tinham ainda nos anos 1940 grandes dirigentes militares norte-americanos da guerra em curso: “a great engineering enterprise”. Se o Estado-maior calculava *como* os engenheiros, não era apenas porque no Estado-maior dominavam os engenheiros. É que a acção era pensada em função de parâmetros técnicos objectivos, quantificados, sendo a decisão “política” absorvida senão pela certeza, pelo cálculo de probabilidades, e as relações com o teatro de operações (e incidentalmente, com os inimigos), calculadas como relações entre grandezas físicas.

O pólo “Técnico”, que hoje assume um estatuto de relevo, ao ponto que a sua importância nos aparece como uma evidência, surge contudo ao termo de uma história também ela longa e atribulada. Originada nas armas justamente ditas “técnicas”, a componente manifesta-se primeiro nos constrangimentos que introduz a tecnologia na própria organização militar. Artilharia primeiro, Engenharia depois, manifestam, no seio das IM, as consequências do progresso geral das técnicas. Mas seria uma ilusão pensar que o seu elevado estatuto actual é um facto antigo. Na realidade (e para dar apenas uma indicação telegráfica), a artilharia começa por ser um conjunto de técnicas artesanais, mais próprias dos “ofícios mecânicos” do que dos

³⁰ A própria criação destas armas corresponde à crescente importância dos meios tecnológicos correspondentes (artilharia, fortificações, etc.). Elas serão dotadas de Escolas especiais, as primeiras no que concerne à formação dos oficiais, já que, pela primeira vez na história, não é possível adquirir os sabres ligados a estes domínios de maneira informal, na prática, antes se torna necessária uma preparação escolar específica, nas ciências de base e nas matemáticas.

³¹ Não iremos desenvolver, nem sequer justificar como seria necessário noutros contextos, socorrendo-nos de exemplos bem documentados. Mencionemos apenas, para memória, o sucesso do modelo da Ecole Polytechnique, seguido pelos fundadores da academia norte americana de West Point e vários outros.

saberes “nobres”, enquanto por seu lado a engenharia começa por ser algo como um corpo estranho, cuja integração ao corpo dos “verdadeiros oficiais” foi, durante mais de um século, um quebra-cabeças... antes de se tornar (a partir dos inícios do século XIX), no pólo dominante no que concerne à definição dos saberes militares e à imagem do profissional.

Dois factos sobressaem da história das relações entre “técnico” e político”. O primeiro, é quão tardia foi a separação entre especialistas de Estado-maior (que consideramos aqui como representando a função “política”), e engenheiros (inaugurada pelo exército da Prússia, exemplo que ficou sem imitadores durante largas décadas). Aliás, não só o corpo de Estado-maior será formado com um recrutamento em que os engenheiros dominam, como integrará funções puramente técnicas, preenchidas por especialistas que, não tendo ainda os exércitos lugares específicos susceptíveis de acolhê-los, são afectadas ao Estado-maior (serviços de topografia, de cartografia, que vão ser desempenhadas por engenheiros geógrafos). O segundo concerne à dificuldade com que a formação inicial dos oficiais se destacou (progressivamente, e de modo incompleto), da imagem ideal do oficial-engenheiro³². Objectivo muitas vezes reafirmado, a formação dos oficiais dotados de um “engineering mode of thought”³³, exigia que as ciências da Engenharia fossem a componente dominante em qualquer currículo, mesmo tratando-se da formação de oficiais das armas ditas não técnicas (por exemplo, da Infantaria).

Que os saberes de que necessita o oficial de Estado-maior são diferentes, mais abrangentes, e, de certo modo, superiores³⁴, aos dos técnicos, por mais

³² Para certos actores, a segunda guerra mundial assemelhou-se a um “ vasto empreendimento de engenharia”, “a great engineering job”, nas palavras de S.L.A. Marshall em 1947, citadas por Boëne ((1990) 1998: 311). O que terá sido, de acordo com outros, uma das causas de dificuldades para o exército norte-americano. Acresce à tendência tradicional, que com a introdução das armas nucleares “os militares parecem ter-se transformado num gigantesca elite de engenheiros (“engineering establishment”)”, escreve M. Janowitz (1971: 21)

³³ O lema é de West Point, mas a ideia é amplamente partilhada no continente europeu.

³⁴ Este epíteto pode dar origem a dúvidas; empregamo-lo para significar que os contextos informacionais são sempre mais abrangentes que os parâmetros técnicos que intervêm em qualquer situação. Ora, o tratamento da informação tendo em vista a produção de conhecimento integrado das situações e a fundamentação das decisões mais gerais, é por natureza supra-técnico (é, na nossa acepção, “político”, tarefa de E-M).

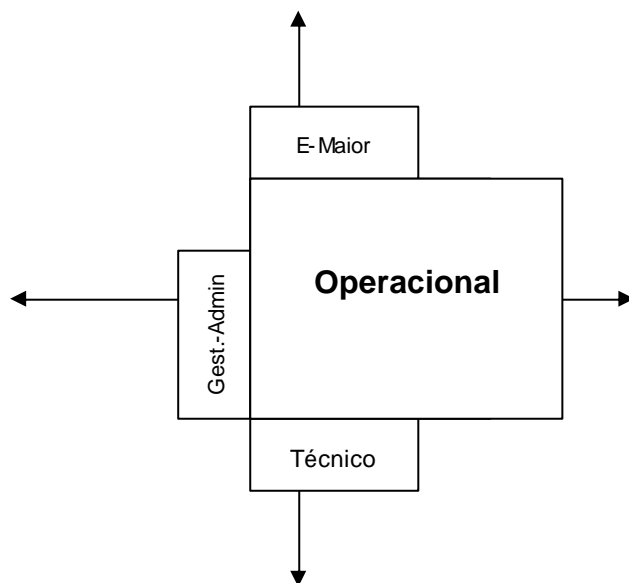
qualificados que estes possam ser³⁵, é o que a evolução dos exércitos, particularmente durante o século XX, demonstrou. A racionalidade de Estado-maior é duplamente distinta da técnica: por um lado, ela é orientada, como diria Max Weber, como uma *Wertrationalität*, orientada em função de valores, cuja definição e cuja tradução em finalidades práticas são tarefas eminentemente políticas, incertas, problemáticas, e são propriamente incalculáveis; por outro, como Clausewitz já tinha demonstrado, a recondução do combate a uma ciência exacta apoiada em cálculos a priori e em hipóteses deterministas, resultando em previsibilidade completa, é uma ilusão. A racionalidade dos engenheiros é uma *Zweckrationalität*, orientada em função de objectivos materiais, mas ela é sobretudo uma aplicação de hipóteses deterministas quanto às “leis da natureza” e à sua imutável regularidade. O primeiro é o domínio de intelectuais (sempre ameaçados pela deriva para uma certa burocratização, por um lado ou para um teoreticismo abstracto de nefastas consequências por outro), que, a par da planificação da acção (que os confronta com os “operacionais”), defrontam a necessidade da improvisação apropriada às situações concretas, a capacidade de negociação, a gestão da relação com o domínio da política propriamente dita e com a sociedade civil em geral: em suma, o domínio da pluralidade das soluções, da incerteza. Os segundos são movidos pela ideologia da certeza, da objectividade do cálculo, da unicidade das soluções, do resultado prático. “Intelectuais” em consequência da formação avançada e da alta qualificação que os caracteriza, os “engenheiros” enquanto corpo de técnicos são tão diferentes quanto possível dos homens dos Estados-maiores. Nestes ingressam (e, como vimos, desde o início da criação dos corpos especiais de Estado-maior), numerosos engenheiros. Mas se, no início, a função faz o monge, ao diferenciar-se, a função vai exigir um perfil humano e profissional crescentemente divergente³⁶.

³⁵ Note-se que a evolução das ciências e das técnicas, ao exigir uma especialização crescente à medida que progride a qualificação, contribui poderosamente para reduzir o campo de acção institucional dos técnicos, tornando-os tributários de funções locais, particulares, retirando-lhes a visão global que as funções de Estado-maior exigem.

³⁶ Tal divergência é, aliás, susceptível de ser diversamente apreciada pelos “operacionais”; o E-M goza de alto prestígio na Prússia e depois na Alemanha, onde aparece como uma verdadeira elite. Mas é “mal visto” em França (a partir da criação do Corpo de E-M em 1818),

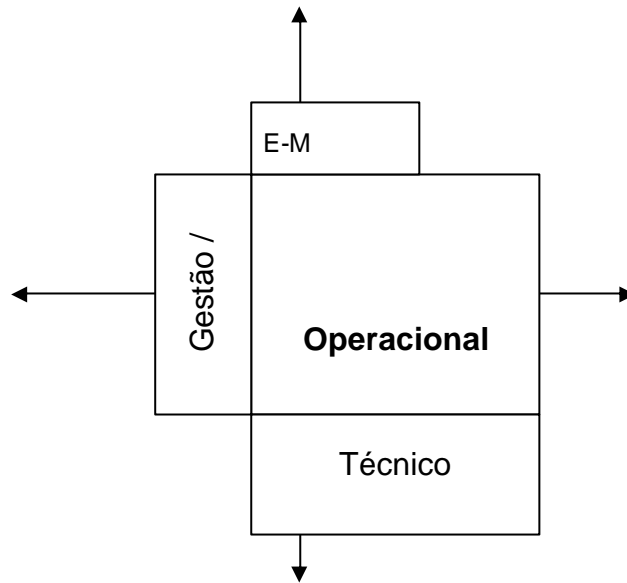
3.1 O modelo de análise aplicado à evolução histórica dos exércitos

O diagrama que explicita a relação entre os dois eixos teria que ser desenhado com o conjunto das funções agrupadas no centro, no ponto em que os eixos se cruzam, para representar a situação dos exércitos de Antigo Regime. A passagem do tempo, quaisquer que sejam os cortes cronológicos que entendamos necessários, é assinalada pelo afastamento progressivo das componentes, que “migram” ao longo de cada um dos eixos para assumir o estado actual, de forte diferenciação, e provavelmente, de crescente contradição entre lógicas opostas. Foi este processo que traduzimos graficamente nos diagramas que seguem.

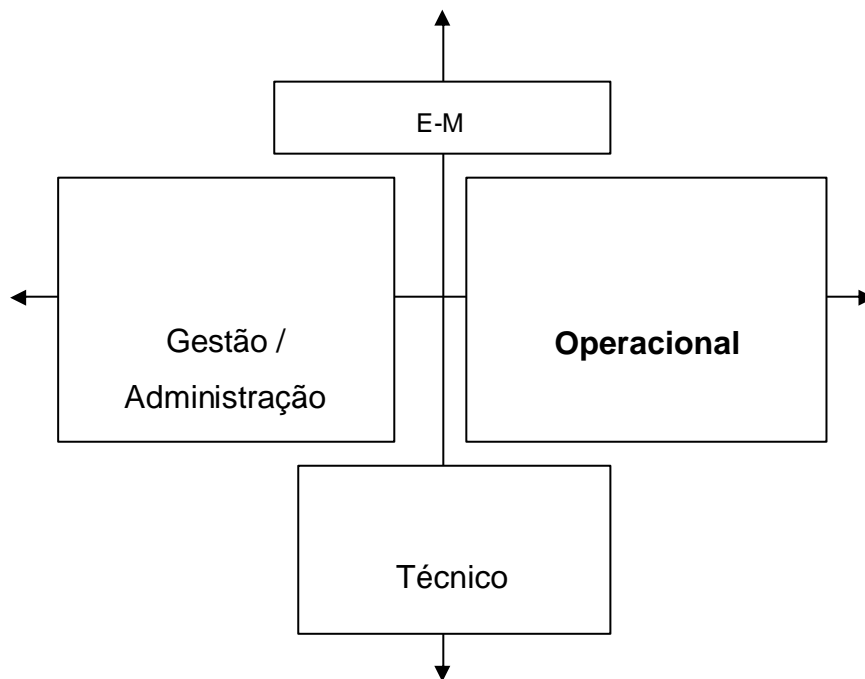


1ª Fase: Domina o Operacional; fraca diferenciação da Gestão, do Técnico, do Político (E-M)

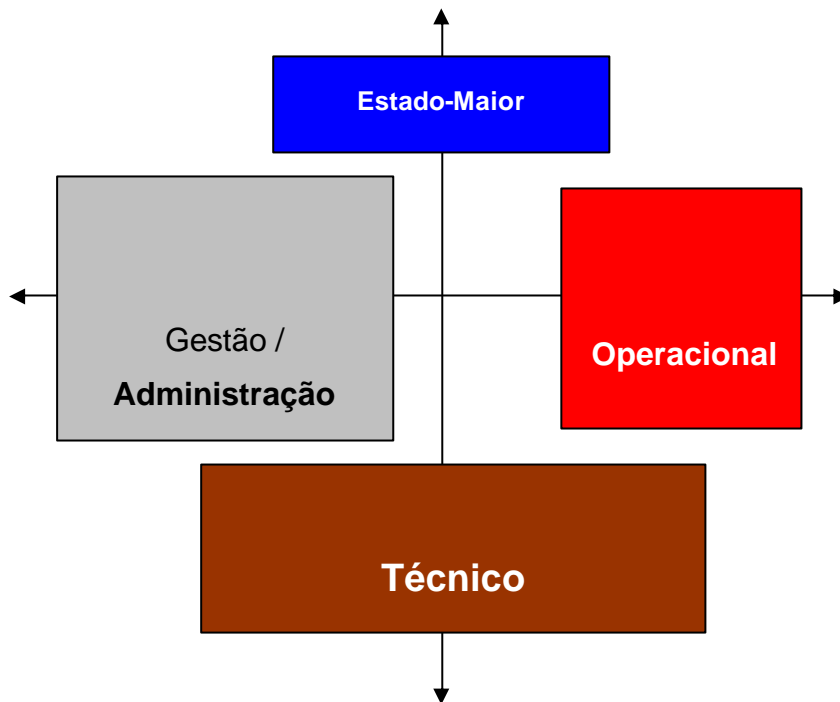
porque rapidamente burocratizado, afastado das realidades militares, e em particular dos teatros de operações.



2.^a Fase: diferenciação progressiva do técnico, e em menor medida, da Gestão (Admin.)



3.^a Fase: Exército pós-revolucionários (Conscrição): Proliferação da Gestão (Admin.), Afirmação definitiva do técnico, afirmação tímida do Estado-maior enquanto “especialidade” de Generalistas (Direcção política).



4.^a Fase: Afirmção definitiva das especialidades; o Operacional torna-se minoritário. O Técnico ganha uma importância essencial; Afirmção do Estado-Maior; A Administração onnipresente.

Por razões de espaço não comentaremos cada um dos diagramas, nem os justificaremos em termos de pertinência empírica. O que importa reter, em conclusão, é que o que opõe os dois pólos desta dimensão, é o produto de uma progressiva diferenciação de funções, incarnada em instâncias com características cada vez mais afirmadas, e mais opostas. As relações entre os “pólos”, dois a dois, podem, em nosso entender, ser consideradas como definindo, mais do que uma estrutura organizativa fixa, o espaço dos problemas que as instituições militares actuais têm que resolver. Essas relações especificam também o modo diferencial de relacionamento com as ciências e as suas aplicações, tecnológicas ou não.

Muito do que ficou descrito pode, e, no presente contexto deve ser lido como o resultado duma transformação institucional que, ao definir e reestruturar funções, se repercute na relação que a instituição militar no seu conjunto e cada componente em particular mantêm com os saberes científicos. Numa visão de conjunto, é fácil identificar a afinidade que existe entre o pólo “burocrático, administrativo, de gestão”, com as Ciências da Gestão (e, em

menor grau, da Economia), como é óbvia a afinidade entre o pólo “técnico” e as Ciências da Engenharia (nomeadamente, Ciências da Matéria e, já nas últimas décadas, Ciências da Vida³⁷), e suas aplicações habituais. Já veremos como esta visão tem que ser afinada. Mais difícil é, sem dúvida, identificar as relações entre os saberes científicos e os dois pólos (EM, Op.), opostos aos precedentes.

O Estado-maior não será ele próprio o domínio da “burocracia” (trabalho de gabinete, trabalho de burocratas...), como tendem a pensar todos aqueles que com ele se confrontam a partir das necessidades da acção (técnicos, operacionais)? No âmbito deste texto, limitar-nos-emos a afirmar – sem demonstração - que tal não é verdade. O pólo “político” distingue-se pelos constrangimentos específicos com que lida, que respeitam à *oportunidade* da acção, à antecipação das consequências militares e *não militares*, à *negociação* com as instâncias externas à instituição, por um lado. Acresce que lhe compete desenvolver um conhecimento das situações, à escala global e à escala local (“*situation awareness*”), que fundamente do melhor modo possível as suas decisões, por outro. Ora as situações não são apenas “militares”, elas envolvem actores, parâmetros, consequências que ultrapassam em absoluto o cômputo das forças em presença ou considerações técnicas, sejam elas de ordem militar ou não. Mas este pólo “político” tem sobretudo um papel de co-ordenação dos três outros. A sua preeminência é indiscutível (e portanto... discutida), visto que é ele que determina a *orientação* da afectação de recursos (“gestão”), que decide da *utilização* dos técnicos, que ordena a *mobilização* ou o emprego dos “operacionais”.

Quanto à relação entre o pólo Operacional e os saberes científicos, ela é marcada por uma ambivalência fundamental. Conquanto a estratégia seja, na origem grega, uma disciplina derivada dos saberes dos generais, que dá origem a sistematizações teóricas originais assim como às suas declinações particulares (aplicadas a situações concretas, a acções de âmbito limitado,

³⁷ Embora os exércitos de 14-18 tivessem já estabelecido a relação entre os dois tipos de ciências, ao inventar e utilizar as armas químicas (armas de acção biológica em geral, neurológica em particular).

às táticas, etc.), e constitua por conseguinte um campo de saberes característico do Operacional, ela tarda a seguir a via de desenvolvimento que conheceram as outras ciências. A sua ligação com a prática coloca-a, aliás, numa posição ambígua. A formação dos operacionais resiste, mais do que qualquer outra, ao processo de formalização; as resistências contra a “escolarização” da formação dos operacionais permanecem fortes até muito tarde, salvo, como já indicámos, quando se trata dos especialistas técnicos (artilharia, engenharia). A crença arraigada na aprendizagem “com as mãos na massa” (“hands-on training”), na inutilidade ou até na nocividade dos ensinamentos de tipo formal (escolar em geral ou universitário)³⁸, constitui um obstáculo ao desenvolvimento de um corpo de saberes sistematizados, com reconhecimento universal. Ao invés da engenharias, dos saberes médicos, que se impõem nas formações militares, os saberes do operacional, por não terem aplicabilidade imediata no exterior das IM, por um lado, e por não fruírem de instâncias de validação universais, por outro, tornam-se de certo modo parentes pobres do universo geral dos saberes científicos. Pelo que assistimos ao paradoxo seguinte: o Operacional, principal actor da efectividade da acção militar (ou, se quisermos voltar a empregar o vocabulário acima utilizado, principal responsável pelo output específico das IM), encontra-se, do ponto de vista da hierarquia dos saberes, em posição dominada. O prestígio dos engenheiros militares, que se tornam, como indicámos, no modelo ideal de formação dos oficiais a partir do início do século XIX (com Napoleão e os seus imitadores norte-americanos), deixa na sombra o valor específico do Operacional (não engenheiro), enquanto detentor de saber científico de valor universal. Para suprir esta perda simbólica, muitos operacionais serão formados no “espírito da engenharia” (o “engineering mode of thought”), o que equivale a reconhecer que os saberes que lhe são próprios não têm uma consistência comparável. Mais à frente veremos as consequências que convém tirar desta situação.

³⁸ A resistência das hierarquias à progressão dos ensinamentos académicos na formação dos oficiais não foi apenas uma constante dos primeiros tempos dos exércitos modernos: ela prolonga-se até à segunda metade do século XX, como o demonstram os historiadores (cf. Grã-Bretanha).

Desta descrição em duas dimensões devemos passar para a integração da “meia dimensão” que é a hierarquia. A cada um dos grandes níveis hierárquicos manifestam-se estas polaridades, que estruturam a divisão funcional do trabalho. Todavia, quem diz especificação de funções de nível hierárquico em princípio equivalentes, diz competição quanto à capacidade de decisão global, ou resultante da cooperação. Assim, as funções características dos quatro pólos irão entrar em competição num campo de poder que é definido, em princípio, pela equivalência hierárquica a cada nível (dos subalternos aos gerais). A diferenciação cujas implicações tentamos descrever tem, pelo menos potencialmente, a capacidade para modular a equivalência hierárquica, ou até, localmente, subvertê-la. A diferenciação torna-se por conseguinte um objecto de competição e um instrumento ao serviço das estratégias locais de poder no seio da IM. Mas tal não obsta a que cada nível hierárquico determine lugares característicos na estrutura funcional, com níveis de responsabilidade e domínios de competências próprios, e conjuntos de tarefas característicos. Ora, o exercício das profissões militares (nos seus diferentes perfis de diferenciação), exige uma especialização bem marcada entre níveis hierárquicos, ao ponto que as competências necessárias para o desempenho de funções a cada um dos grandes níveis aparecem como distintas, e até em parte contraditórias, sobretudo nos sistemas que não discriminam claramente os objectivos, organizando-os em fases bem separadas. São estas diferenças que determinam a importância da especificação dos objectivos e métodos de formação adequados a cada nível.

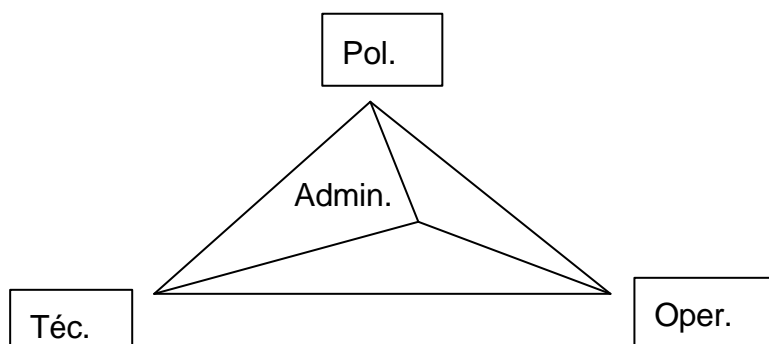
Se, no plano formal, existe uma equivalência entre as funções a cada nível hierárquico, na realidade pode existir uma “pirâmide” de funções, de estatuto e de poder, em cuja base se encontram os detentores dos meios, e em cujo vértice se situam os responsáveis pelos fins³⁹, ou vice-versa, consoante as situações e as relações de força.

³⁹ A descrição técnica, de princípio, que aqui damos, não dá conta de uma diferença social importante, entre meios outrora “banais” (burocracia de gestão e operacionais de cariz quase “manual”), e meios de alta qualificação (Engenheiros). Estes poderiam portanto situar-se, tomando em consideração a variável estatuto social, em locais diversos no espaço poder / funções, consoante as conjunturas.

3.2 A terceira dimensão: o poder institucional

O *poder* é por isso mesmo a terceira dimensão, a que estrutura (em princípio de modo próprio a cada nível hierárquico), as relações entre os agentes repartidos entre os quatro pólos. A análise das suas bases (materiais, técnicas, simbólicas, etc.), conduzir-nos-ia demasiado longe. Para representar o espaço resultante, deveríamos por conseguinte distribuir as funções pelos quatro vértices de um tetraedro, exprimindo as posições relativas à dominância (diferente consoante os momentos e o jogo de forças), de uma das funções. Mas não façamos do diagrama que segue uma leitura estática.

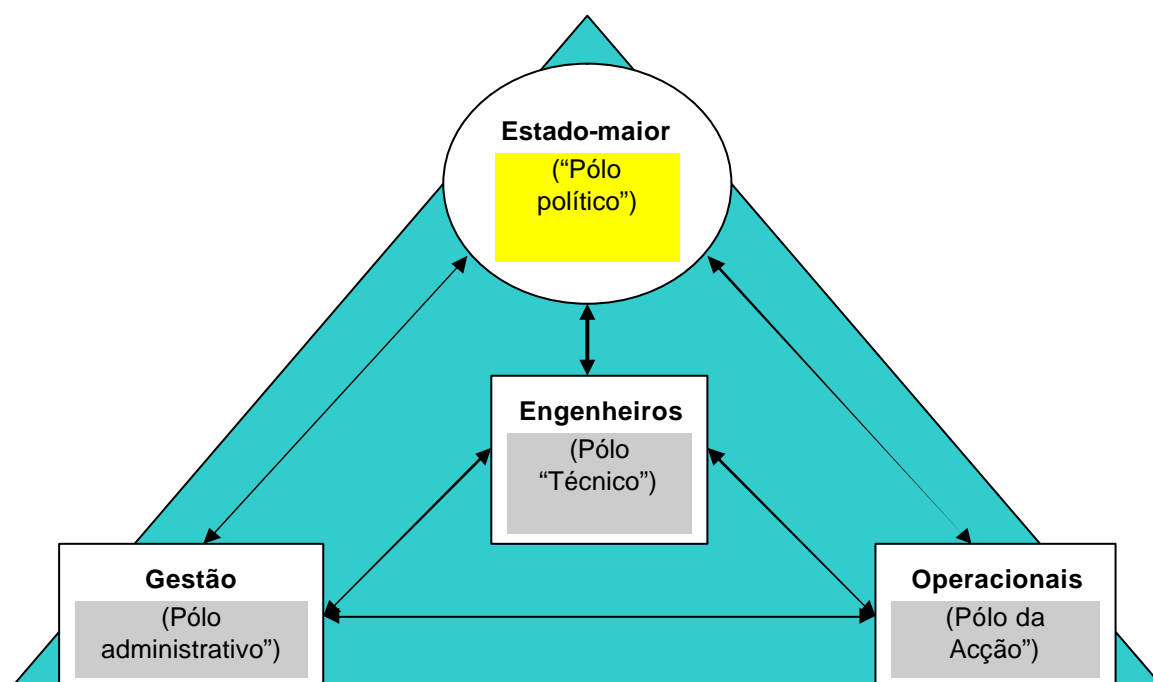
No campo de forças definido pelas duas dimensões, a posição dominante (expressa graficamente pela colocação de um dos pólos no vértice superior) é sempre um resultado temporário. Com as mudanças de conjuntura, tanto pode o pólo Administrativo assumir uma posição dominante (acontece em períodos de pós-guerra, de contracção orçamental, de perda de visibilidade das ameaças, etc.), como vir a perdê-la a favor do Técnico ao sabor da abertura de grandes programas tecnológicos (ver, por exemplo “a guerra das estrelas” no período Reagan), a favor do “operacional” como na primeira guerra do Golfo, ou em benefício do pólo “Político” como no imediato pós-11 de Setembro 2001 e na preparação da guerra contra o Iraque em 2003.



Ora as situações não são apenas “militares”, elas envolvem actores, parâmetros, consequências que ultrapassam em absoluto o cômputo das forças em presença ou considerações técnicas, sejam elas de ordem militar ou não. Mas este pólo “político” tem sobretudo um papel de co-ordenação

dos três outros. A sua preeminência é indiscutível (e portanto... discutida), visto que é ele que determina a *orientação* da afectação de recursos (“gestão”), que decide da *utilização* dos técnicos, que ordena a *mobilização* dos “operacionais”.

Existe pois uma “pirâmide” de funções, de estatuto e de poder, em cuja base se encontram os detentores dos meios, e em cujo vértice se situam os responsáveis pelos fins.⁴⁰ É apenas uma maneira diferente de representar as duas dimensões que definiam o plano que apresentámos antes, acentuando desta feita o estatuto ambíguo dos técnicos, dos engenheiros, que são ao mesmo tempo Meios entre outros entre Meios e se opõem, enquanto “especialistas da objectividade”, às instâncias de administração das incertezas e dos Fins. O que não me parece sujeito a dúvidas é que o modelo assim esquematicamente apresentado permite não só uma análise estrutural, mas também uma análise dinâmica, dando conta das relações de força internas às IM e da sua evolução como resultante da acção dos diversos grupos envolvidos.



⁴⁰ A descrição técnica, de princípio, que aqui damos, não dá conta de uma diferença social importante, entre meios “banais” (burocracia de gestão e operacionais), e meios de alta qualificação (Engenheiros). Estes poderiam portanto situar-se, tomando em consideração a variável estatuto social, algures na zona central da pirâmide, como o exprime o diagrama.

3.3 Posição do “Militar pós-moderno” no modelo a três dimensões

Uma questão que não poderemos evitar, no final do percurso, é a que concerne à proposta teórica que Ch. Moskos, de quem acima considerámos apenas a tipologia I/O, formulada mais de uma década após a primeira, quanto à evolução das profissões militares (talvez mais fundamentalmente até, das *instituições* militares), nos contextos sociais, políticos e culturais que sucederam à época que, bem ou mal, qualifica como “moderna”. Moskos sugere que ao militar legítimo representante da vontade de defesa de uma nação sucede um militar cujo lugar na colectividade (ele diria “comunidade”, e o termo não é desprovido de inconvenientes) é muito mais incerto, e cujo papel é sem dúvida mais difícil de justificar. A oposição que Moskos e Burk constroem entre o “militar moderno” e o seu homólogo “pós-moderno” (Moskos and Burk 1998) assenta numa longa lista de variáveis dicotómicas (na realidade, cada uma delas é uma tipologia dual), e colhe a adesão por excesso de bom senso. A preocupação principal dos autores é, neste artigo, a análise da evolução das relações entre a sociedade “civil” e as instituições militares: de que modo a evolução das sociedades contemporâneas de um modelo global “moderno” (industrial, pós-industrial) para um modelo “pós-moderno” influi na estrutura das instituições militares (IM). A tónica colocada na análise global transparece na proporção de variáveis que concernem à sociedade no seu todo e não apenas nem em rigor às IM, pelo que a ambição se apresenta claramente como explicativa: a evolução global e suas “consequências para as relações civis - militares”.

No que respeita às consequências da referida evolução sobre a estrutura das IM, Moskos e Burk situam-nas nos seguintes planos:

- Estrutura das forças;
- Tensão organizacional;
- (Tipo de) Profissional Militar dominante;
- Outras: Emprego de civis, papel das mulheres, lugar das esposas, admissão de homossexuais (Moskos and Burk 1998): 597).

Os três primeiros planos têm para nós o maior interesse e neles concentraremos o exame, embora sumário.

A evolução da estrutura das forças é resumida como a passagem de exércitos *profissionais* de *grandes dimensões* a exércitos *profissionais* de *dimensões reduzidas*, com as reservas a partilhar as missões. A mudança que ocorre no “formato”, suscitada pelo novo tipo de missões e pela nova percepção das ameaças, provoca alterações na estrutura das tensões “intra-organizacionais” que se deslocam da tensão entre ramos (“services”) característicos do período anterior à “Guerra Fria”, para a disputa em redor dos orçamentos (período da “Guerra Fria”), para finalmente virem a incidir sobre as novas missões, nas quais a participação de cada ramo e arma se tornam objecto de áspera disputa.

Contudo, as novas tensões são “agravadas” pelas mudanças que afectam a relação entre “tipos de profissionais” e pela percepção que os militares têm de si próprios. Como não podia deixar de ser, Moskos e Burk relembram que a evolução dos “tipos” profissionais foi descrita do modo mais exaustivo e consistente por M. Janowitz desde 1960, enquanto deslocamento do tipo dominante do “líder combatente” para o “técnico de administração” (“managerial technician”). Quanto ao período mais recente, os autores escrevem:

“In the post-modern period, we expect the appearance of alternative Professional types: the *soldier-scholar*, reminiscent of certain career officers in the period between the two world wars, and the *soldier-statesman*, the officer skilled in handling the media and adept in the intricacies of international diplomacy.” (Sublinhado meu).

Não se trata de negar a importância do papel combatente dos militares, mas sim, segundo os autores, de reconhecer que “o desempenho eficaz das tarefas do oficial no período pós-moderno requer competências e capacidades adicionais para justificar de modo substancial o papel dos militares e da sua pretensão a obter recursos junto da sociedade.”

E acrescentam: “Enquanto podemos pensar que permanecerá no seio do corpo dos oficiais mais que um simples resíduo do espírito do guerreiro, a questão empírica importante é a de saber que tipo de oficial terá maior

probabilidade de ser promovido para aceder à elite militar.” (Moskos and Burk 1998): 604). Este último artigo fornece-nos a prova do carácter indispensável do modelo que apresentámos. Em primeiro lugar, o modelo a uma única dimensão de M. Janowitz (líder combatente / manager), de novo evocado, dá uma descrição insuficiente para os períodos anteriores, o que coloca Moskos e Burk perante a necessidade de acrescentar novos “tipos” como se de novas figuras se tratasse. Em segundo lugar, aparecem confundidos dois planos de análise: o das “tensões” organizacionais entre “tipos de oficiais” e a estrutura de poder no interior das IM. Com efeito, enquanto as tensões internas dizem respeito ao plano dos tipos de funções (no patamar a duas dimensões do nosso modelo), as diferentes “probabilidades de aceder à elite militar” dizem respeito à terceira dimensão, a do poder institucional, como acima demonstrámos.

A confrontação dos “novos tipos d oficiais” indicados por Moskos e Burke como característicos do “post-modern military” com a nossa própria análise não deixa qualquer dúvida. Mais que “reminiscências” de períodos anteriores, o “soldier-scholar” e o “soldier-statesman” representam muito exactamente as funções dos oficiais que acima designámos por “Político - Estado-maior”. Longe de constituir novidade, tais funções têm uma longa história; o que de facto muda é a sua *posição* no sistema de funções próprio às IM. As consequências são de duas ordens: em primeiro lugar, na *estrutura global de funções* (plano a duas dimensões), o pólo político / Estado-maior ganha importância, o que terá (ou deveria ter) consequências de grande relevo na concepção da formação dos oficiais (sejam eles “pós-modernos”, “soldados do futuro” ou simplesmente oficiais contemporâneos). Em segundo lugar, na *estrutura de poder* no interior das IM (terceira dimensão), os oficiais que melhor correspondem aos perfis “político / Estado-maior” (ainda que provenientes de diferentes armas) tenderão a ter mais sucesso na conquista do poder institucional e por conseguinte, a ganhar capacidade para orientar a evolução da IM (e muito particularmente no domínio sensível da formação inicial dos oficiais, visto que esta tem um alto potencial de modelação dos indivíduos, tanto no que respeita às capacidades como no que concerne às competências e aos conhecimentos que se tornam factores críticos do desempenho).

4. Conclusão

Desde os anos decisivos das primeiras teorizações de conjunto (os anos 60 do século XX), que os autores como M. Janowitz, S. Huntington, C. Moskos, D. Segal, que entretanto acederam ao estatuto de clássicos, se encontraram perante uma questão decisiva: qual a estrutura sociológica das instituições militares, se quisermos dar conta simultaneamente, por um lado, da sua relativa unidade e da sua originalidade frente a outras grandes instituições sociais, e por outro da diversidade inegável dos grupos que as compõem, sabendo que, por acréscimo, tais instituições têm sido submetidas a processos de mudança extremamente intensos e profundos?

Huntington colocou desde logo (1964) a tónica na extrema diversidade dos “ofícios” dos militares, tirando as consequências da verdadeira explosão dos saberes técnicos e da sua integração no universo militar (Huntington 1998). Janowitz, ao invés, tenta reduzir a diversidade a uma tipologia que, por ser em prioridade aplicável às elites (os oficiais gerais) no contexto americano, não deixou de ter um impacte de primeira importância na formação e no desenvolvimento da então incipiente Sociologia Militar. A sua tipologia, de cariz dicotómico (onde, como vimos, se insere por vezes – em certos escritos, não noutros), opõe as figuras, entretanto tornadas célebres, do “heroic leader” e do “pragmatic manager”: duas maneiras fortemente diferenciadas de viver a profissão militar enquanto vocação (a *beruf* weberiana).

Os modelos de descrição que examinámos em seguida mantêm a análise numa perspectiva monodimensional, ainda que as variáveis utilizadas para caracterizar cada um dos dois pólos opostos sejam múltiplas. Em rigor devemos (seguindo a terminologia de Lazarsfeld) considerar que os traços descritivos das tipologias de Moskos, Segal e outros desempenham mais exactamente o papel de indicadores ao serviço da determinação dos dois valores possíveis de uma única variável (I/O).

O modelo que aqui foi proposto constrói-se, pelo contrário, desde o início como bidimensional (duas dimensões especificando quatro tipos de funções); assume depois uma “meia dimensão”, a hierarquia, que especifica as

posições ocupadas pelos oficiais no plano das funções. Por fim, adopta um espaço a três dimensões, ao considerar as relações de poder no interior da Instituição Militar, entre os oficiais que se distribuem no plano das funções.

Ao primeiro nível de análise, podemos exigir que permita compreender a estrutura interna dos exércitos ao longo da história: a evolução dessas organizações surge como um movimento de especificação progressiva das funções, ao mesmo tempo ao nível das competências que lhes estão associadas e ao nível da sua tradução organizacional em corpos ou instâncias especiais.

Ao segundo, ao introduzir a dimensão do poder, podemos recorrer para dar conta dos equilíbrios sempre problemáticos entre tipos de funções no seio dos exércitos, e examinar as mudanças, as inversões de relações de forças internas, seja em consequência das bruscas alterações dos contextos externos (guerra ou paz, mudanças de regimes políticos, etc.), seja em virtude das transformações tecnológicas. Esperamos assim dar um contributo para uma análise global dos exércitos, da estrutura das questões que defrontam, e para uma visão mais lúcida quanto ao desafio que representa para o presente e para o futuro, a formação de oficiais capazes de compreender o mundo em que vivem, e de servir de modo eficaz e leal as sociedades a que pertencem.

Agradecimentos

É-me grato reconhecer a dívida que contraí para com os meus Colegas Militares, com quem, na Academia Militar, muito aprendi ao observar a vida na Instituição, e de cujas observações, críticas e comentários retirei o maior benefício. Concebi o facto de solicitar a esses Oficiais uma leitura crítica das primeiras versões deste estudo como um teste de aceitabilidade empírica de análises que se referem a tipos de funções mas também a maneiras distintas de viver a condição militar e a procura da excelência. Entendo que saibam que o seu esforço de leitura foi um elemento decisivo na elaboração do modelo, de cujos eventuais erros, contudo, assumo em exclusivo a responsabilidade.

Referências

- Boëne, B. (1998). How "Unique" should the Military be? A Review of Representative Literature and Outline of a Synthetic Formulation. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Mass., An Elgar Reference Collection: 293-348.
- Boëne, B., T. NOGUES, et al. (2001). A Missions nouvelles des armées, formation nouvelle des officiers des armes? Enquête sur l'adaptation de la formation initiale des officiers des armes aux missions d'après-guerre froide et à la professionnalisation. Paris, C2SD: 176.
- Caforio, G. (1998). The Military Profession: Theories of Change. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Edward Elgar Publishing L.ted: 232-246.
- Caforio, G., Ed. (1998). The Sociology of the Military. Northampton, An Elgar Reference Collection.
- Caforio, G. and M. Nuciari (1998). The Officer Profession: Ideal-Type. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Edward Elgar Publishing L.ted: 364-388.
- Caplow, T. and P. Vennesson (2000). Sociologie militaire. Paris, Armand Colin.
- Crozier, M. and E. Friedberg (1977). L'acteur et le système. Paris, Seuil.
- Dubar, C. and P. Tripier (1998). Sociologie des professions. Paris, Armand Colin.
- Harries-Jenkins, G. (2003). Professional groups and subgroups in the contemporary military. Challenges and opportunities, CRMI: 47.
- Huntington, S. P. (1998). Power, Expertise and the Military Profession. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Edward Elgar Publishing L.ted: 249-271.
- Janowitz, M. (1971). The Professional Soldier. A social and political portrait. New York, The Free Press.
- Janowitz, M. (1998). Changing patterns of organizational authority. The training and socializing of military personnel. P. Karsten. New York, Garland: 237-257.
- Jones, E. (1985). Red Army and Society. A Sociology of the Soviet Military. London, Allen & Unwin.
- Karsten, P., Ed. (1998). The training and socializing of military personnel. New York, Garland.
- Moskos, C. C. (1998). From Institution to Occupation: Trends in Military Organization. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Mass., An Elgar Reference Collection: 187-196.
- Moskos, C. C. and J. Burk (1998). The Postmodern Military. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Mass., An Elgar Reference Collection: 591-612.
- Schweisgut, E., M. Sineau, et al. (1979). Techniciens en uniforme. Paris, Presses de la Fondation des Sciences Politiques.
- Segal, D. R. (1998). Measuring the Institutional/Occupational Change Thesis. The Sociology of the Military. G. Caforio. Northampton, Edward Elgar Publishing L.ted: 207-231.
- Thomas, H. J.-P. and C. Rosenzweig (1982). "French NCOs: Career Strategies and Attitudes." Armed Forces & Society **12**(3): 275-301.